



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

MESTRADO
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

AS RELAÇÕES DE GÉNERO E O SISTEMA DE DOTE NA
ÍNDIA – O CASO DE HYDERABAD

ILÓIDA MANUELA AUGUSTO DA MOTA

SETEMBRO - 2013



**LISBOA
SCHOOL OF
ECONOMICS &
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

AS RELAÇÕES DE GÉNERO E O SISTEMA DE DOTE NA
ÍNDIA – O CASO DE HYDERABAD

ILÓIDA MANUELA AUGUSTO DA MOTA

ORIENTAÇÃO:

PROFESSORA DOUTORA SARA FALCÃO CASACA

SETEMBRO - 2013

RESUMO

A presente dissertação analisa as relações de género e o sistema de dote na Índia, cruzando estas temáticas com o desenvolvimento e a educação. Um dos objectivos principais passa por perceber a influência da educação nas representações sociais das mulheres indianas sobre as relações de género e o sistema de dote. Por forma a responder a esta questão recorreremos a bibliografia que discorre sobre os temas tratados, bem como a indicadores estatísticos sobre as temáticas do desenvolvimento humano e da igualdade de género, e a um trabalho de campo que consistiu na recolha de entrevistas na cidade de Hyderabad (Sul da Índia).

Palavras-chave: Género, desenvolvimento, sistema de dote, educação, Índia.

ABSTRACT

The present dissertation analyzes the gender relations and the dowry system in India, by interlinking these themes with development and education. One of the main purposes is to understand the influence of education on the Indian women's social representations about the gender relations and the dowry system. In order to answer this question, we used not only bibliography about the subject, but also the analysis of development and gender equality indicators as well as the results of a field work based on interviews in the city of Hyderabad (South of India).

Keywords: Gender, development, dowry system, education, India.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar um agradecimento especial e sincero à minha orientadora, a Professora Sara Falcão Casaca, pela sua enorme dedicação e paciência, e pelos seus ensinamentos e sugestões, sem os quais a presente dissertação não teria sido possível.

Quero ainda agradecer aos meus pais por me terem ensinado o valor da educação e a todos os amigos que me apoiaram, directa ou indirectamente. Não posso deixar de citar alguns amigos que me apoiaram de forma mais significativa. Agradeço à Noura Abukumail, pelo apoio moral (e não só), ao António Teixeira, por sempre me incentivar, à Saraswati, pela amizade e pelo trabalho de interpretação, acompanhando-me debaixo dos 44º graus do calor de Maio, e ao Ramin Afsari, por me ter aberto as portas de casa na Índia e me ter levado de *scooter* a alguns dos locais onde se concretizaram as entrevistas, e por sempre ter acreditado em mim, e à Aby, Luísa e Laura.

Por fim, não posso deixar de agradecer às entrevistadas (e suas colegas que ajudaram na interpretação), pela partilha que foi preciosa para este trabalho, e pelos sorrisos e risos que farão parte da minha colecção de memórias.

ÍNDICE

Resumo	2
Abstract	2
Agradecimentos	3
Índice	4
Introdução	5
I. Enquadramento teórico e problemática	7
1. Género e desenvolvimento	7
1.1. O estatuto da mulher na Índia	10
1.2. O papel da educação	12
1.3. Referências internacionais e compromissos políticos com a igualdade de género	16
2. O sistema de dote.....	17
II. Parte empírica.....	22
1. Metodologia	22
2. Análise empírica	24
2.1. Dados estatísticos sobre a Índia	24
2.2. Análise das entrevistas	27
Conclusões	35
Referências bibliográficas	38
Anexos	41
Guião de entrevistas	41
Grelhas de entrevistas	42

Introdução

O Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de 1995, teve como tema o Género e o Desenvolvimento Humano. Por altura da elaboração do RDH, a introdução do índice de desenvolvimento relacionado com o género permitiu concluir que, em nenhuma sociedade, as mulheres usufruíam das mesmas oportunidades que os homens¹.

A Índia, constituída por 28 Estados e sete territórios unificados, é um país de contrastes e divisões com base na casta e classe social, género, religião, área de residência, entre outras. As assimetrias de género são uma das causas e consequências do atraso no desenvolvimento. Estas assimetrias surgem ainda antes do nascimento da criança, sendo que a preferência por crianças do sexo masculino está enraizada na sociedade. Uma das razões para tal é a prática do sistema de dote, sobretudo na comunidade hindu.

Este trabalho procura compreender a relação entre o género e o sistema de dote na Índia. Procura, ainda, analisar os efeitos da escolaridade das mulheres indianas nas seguintes dimensões: representações sociais sobre o sistema de dote e as relações de género (esfera pública e privada); influência que o sistema de dote teve ou terá nas suas vidas; representações sobre o contributo individual e colectivo para o desenvolvimento do país. Atendendo a estes objectivos, as nossas questões de investigação são: Qual o efeito do nível de escolaridade das mulheres indianas nas representações sociais sobre o sistema de dote e as relações de género? Que influência teve ou terá o sistema de dote nas suas vidas? Como vêem o futuro das filhas em relação ao dote? De que forma pensam que o seu papel na esfera económica e na sociedade em geral pode contribuir para o desenvolvimento do país?

Para a realização do enquadramento teórico fez-se uma pesquisa da literatura existente sobre o género, o desenvolvimento, a educação e o sistema de dote, assim como documentos disponibilizados em alguns *sites* da ONU e relatórios entregues à organização pelo governo indiano no âmbito dos vários compromissos políticos.

¹ http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1995_en_overview.pdf (acedido em Abril de 2013).

Para a parte empírica foram consultados dados estatísticos sobre desenvolvimento humano, bem como documentos que abordam a temática da igualdade de género e do desenvolvimento e os *sites* do PNUD e do Banco Mundial. Deslocámo-nos à Índia para a realização do trabalho de campo, que consistiu na recolha de entrevistas semi-estruturadas a 36 mulheres com diferentes níveis de escolaridade.

O trabalho está dividido em duas partes: enquadramento teórico e problemática, e parte empírica. A primeira divide-se em dois capítulos principais: o primeiro trata questões relacionadas com género e desenvolvimento (onde se inserem o estatuto da mulher na Índia, o papel da educação, e referências internacionais e compromissos políticos com a igualdade de género) e o segundo trata a questão do sistema de dote na Índia. A segunda é também composta por dois capítulos principais: metodologia (sobre esta parte) e análise empírica (onde são analisados dados estatísticos sobre a Índia e o conteúdo das entrevistas recolhidas no âmbito do trabalho de campo).

Este trabalho apresentou diversas dificuldades, o que se reflecte nas suas imperfeições e incompletude. A primeira decorre da escassez de bibliografia que cruze os temas abordados. Na parte empírica, o facto de vários indicadores não estarem desagregados por sexo e de haver saltos cronológicos, limitou a possibilidade de um retrato estatístico exaustivo. O trabalho de campo consistiu num dos maiores desafios. Além de ter implicado a deslocação e permanência na Índia, colocaram-se dificuldades na composição da amostra. A barreira linguística e a ausência de um/a intérprete permanente dificultaram o acesso a entrevistadas com um nível de estudos inferior ao ensino universitário. Outra dificuldade foi a falta de disponibilidade das organizações não governamentais (ONG). Inicialmente tínhamos pensado entrevistar também representantes de ONG, porém, nem presencialmente nem enviando o guião de entrevista por email foi possível obter respostas em tempo útil, no quadro do cronograma previsto para a realização da presente investigação.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO E PROBLEMÁTICA

1. Género e desenvolvimento

Tratando-se de uma tese que procura introduzir a perspectiva de género no debate teórico sobre o desenvolvimento, consideramos importante explicitar o conceito de género. Este refere-se aos papéis dos homens e mulheres socialmente construídos e aprendidos, assim como às identidades e expectativas sociais associadas aos homens e mulheres. As culturas interpretam e traduzem as diferenças biológicas inerentes ao sexo num conjunto de expectativas sociais diferenciadas sobre os comportamentos e os papéis sociais, assim como os direitos, recursos e poderes. Por conseguinte, as assimetrias de género têm sido transversais a diferentes contextos e sociedades, embora com intensidades diferentes (Banco Mundial, 2001: 2).

Em 1990, o PNUD analisou a evolução do desenvolvimento e, com os contributos de Amartya Sen e do conselheiro especial do PNUD Mahbub ul Haq, surgiu o paradigma do desenvolvimento humano. Este estabeleceu a diferença entre crescimento económico e desenvolvimento humano, consistindo o último no alargamento das escolhas económicas, sociais, culturais e políticas. Este paradigma centra-se, portanto, nas pessoas e na melhoria das suas condições de vida, havendo dois lados: a formação das capacidades (ou potencialidades) humanas (*capabilities*)², onde a educação ocupa um lugar central, e o uso das mesmas, expresso em funcionalidades (*functionings*).

Segundo Sen (2003), a combinação de várias *functionings* capacita as pessoas para se alimentarem de forma adequada, prevenirem a mortalidade, adquirirem respeito próprio, participarem na vida em comunidade e na esfera pública. São, porém, as *capabilities* que representam a liberdade das pessoas escolherem diferentes maneiras de viver. Essa liberdade de escolha tem influência na aquisição das *functionings*, sendo que estas variam consoante a maneira de viver.

Saber escrever e ler é uma das *capabilities* mais importantes e, em muitos países em desenvolvimento, as diferenças na taxa de alfabetização entre homens e mulheres são consideráveis, sendo um dos indicadores da desigualdade de género. Na perspectiva

² Este conceito começou a ser operacionalizado por Sen antes da década de 90 (cf. Sen, Amartya K. (1985), *Commodities and Capabilities*, Oxford: Oxford University Press.).

de Sen, porém, a desigualdade de género pode ser uma das mais difíceis de avaliar. No contexto de alguns países em desenvolvimento, tal como a Índia, as mulheres de áreas rurais podem não ter a percepção clara de que estão em desvantagem perante os homens. No entanto, o facto de as mulheres de determinada comunidade não se sentirem discriminadas em relação aos homens, como uma dimensão fulcral, não torna a questão da desigualdade irrelevante. Esta deve ser considerada no processo do desenvolvimento.

À luz do paradigma do desenvolvimento humano, as pessoas passam a ser vistas não apenas como meios para o desenvolvimento, mas também como os alvos do desenvolvimento. Este paradigma tem quatro pilares: igualdade, sustentabilidade, produtividade e empoderamento. O crescimento económico e o desenvolvimento humano não se excluem. Um dos meios de ligação entre os dois é através do investimento na educação, saúde e nas capacidades das pessoas por forma a capacitá-las para participarem no processo de crescimento económico como agentes e beneficiários, particularmente através do emprego remunerado. Outro meio de ligação é o empoderamento das pessoas, com ênfase nas mulheres. Se o empoderamento fizer parte de todos os aspectos da vida das pessoas e estas poderem exercer as suas escolhas nas esferas política, social e económica, o crescimento será forte, democrático, participatório e durável (ul Haq, 2008). Deste modo, seguindo a linha de pensamento do autor, para que haja realmente desenvolvimento, tem de haver igualdade de género.

A igualdade de género no contexto do desenvolvimento pode ser definida em termos de igualdade perante a lei, igualdade de oportunidades (inserir-se aqui a igualdade no mercado de trabalho e no acesso ao capital humano e outros recursos produtivos que facilitem as oportunidades), e a igualdade de opinião, ou seja, a capacidade de influenciar e contribuir para o processo do desenvolvimento. A igualdade deveria permitir aos homens e mulheres a liberdade de escolha de papéis e resultados de acordo com as suas preferências e objectivos (Banco Mundial, 2001).

Segundo o relatório *The State of the World Population* (UNFPA, 2000), homens e mulheres devem ter direitos iguais no acesso à educação, aos bens e ao crédito e à

participação na vida pública, o que se traduz em benefícios para o desenvolvimento, sobretudo nos países mais pobres. Nesta perspectiva, a desigualdade de género é um entrave ao desenvolvimento e à possibilidade de reduzir a pobreza (UNFPA, 2000).

A igualdade de género deve reflectir-se, também, na capacidade das mulheres exercerem agência. A agência traduz-se na capacidade de fazer escolhas eficazes e de transformar essas escolhas para alcançar os resultados desejados. As mulheres devem, portanto, conseguir: ter controlo sobre os recursos, por exemplo, através da obtenção de um rendimento e de usufruto do mesmo; ter liberdade de movimentos (poder ir onde quiser); decidir sobre a formação de família, nomeadamente, escolher quando e com quem casar, quando e quantos filhos ter, e quando se divorciar; não estar sujeitas ao risco de violência, seja a doméstica ou de outros tipos (sexual, física ou psicológica); ter opinião na sociedade e influenciar políticas, através da participação na política e acção colectiva e associações (Banco Mundial, 2011). As mulheres têm de deixar de ser vistas como vítimas e passarem a ser vistas como agentes da mudança social. A exclusão das mulheres da participação na esfera social, política e económica, prejudica não apenas as mulheres mas as pessoas em geral³ (Sen e Drèze, 1995).

Sen e Drèze (1995) advogam a importância do envolvimento das mulheres no desenvolvimento. Os Estados indianos onde as mulheres tinham um papel mais importante a nível socioeconómico apresentavam taxas de mortalidade e de fecundidade reduzidas, como é o caso de Kerala (Sul) e Manipur⁴. Em Kerala, um dos factores determinantes para uma maior igualdade de género foi a promoção da alfabetização feminina. Os autores atribuem também um possível papel às comunidades matrilineares aí existentes. Em Manipur, a emancipação feminina foi fundamental para uma maior igualdade de género, incluindo os papéis económicos das mulheres.

³ A participação das mulheres de forma activa na vida política e social pode mudar a escolha das políticas e tornar as instituições representativas de um maior conjunto de vozes. Por exemplo, na Índia, atribuir poder às mulheres a nível local (quotas políticas) levou a melhorias na provisão de bens públicos tais como água, saneamento, irrigação e escolas (Banco Mundial, 2011).

⁴ Situado no Nordeste, este Estado contrasta com os Estados do Norte na questão da igualdade de género.

Os autores apontam a desigualdade de género como um dos maiores fracassos sociais indianos, que acaba por gerar outros, onde se inserem as questões demográficas já mencionadas.

1.1. O estatuto da mulher na Índia

A Constituição indiana prevê a igualdade de género. Desde o quinto Plano de Cinco Anos (1973-78), a Índia tem mudado a abordagem aos problemas das mulheres, passando a considerar não apenas a prosperidade económica mas o desenvolvimento. O Parlamento de 1990 constituiu a Comissão Nacional destinada a proteger os direitos das mulheres. As 73ª e 74ª emendas à Constituição indiana reservaram lugares políticos para as mulheres. Para além disso, o país tem ratificado algumas convenções com vista à eliminação da discriminação contra as mulheres. Assim sucedeu com a *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW)*, em 1993. Não obstante todas estas acções, o estatuto da mulher indiana continua a ser bastante inferior ao dos homens (Savasi e Varre, 2013). Barreiras económicas, culturais e sociais continuam a negar os direitos mais básicos às mulheres⁵ (CSSS, 2011).

Johnson e Johnson (2001) consideram o patriarcado, caracterizado por relações de poder e subordinação em que o homem é a figura dominante, como uma das causas subjacentes à violência contra as mulheres indianas. Várias são as evidências de que a sociedade indiana é dominada por homens: a proporção desigual entre homens e mulheres, o infanticídio feminino⁶ e a crença de que a mulher deve servir o homem

⁵ O quinto objectivo dos ODM, melhorar a saúde materna, tem como meta reduzir para três quartos, entre 1990 e 2015, o rácio de mortalidade materna. Segundo o relatório indiano de 2011, no âmbito dos ODM, a taxa de mortalidade teve um decréscimo de 51% de 1990 para 2009. O número de partos assistidos por pessoal médico qualificado aumentou de 33% em 1992-93 para 52% em 2007-08 (GOI, 2011). O relatório da ONU de 2012 sobre os ODM refere que a Índia se insere na segunda região com a taxa de mortalidade materna mais elevada, o Sul da Ásia (ONU, 2012a). Na mortalidade feminina em geral, a Índia apresenta uma redução nestas mortes de 1990 a 2008. Contudo, muitas meninas ainda são mortas durante a gravidez ou após o nascimento devido, entre outros factores, à preferência por filhos do sexo masculino (Banco Mundial, 2011).

⁶ Entre as causas para o infanticídio estão: os pais não quererem ter encargos com as filhas, devido, por exemplo, ao pagamento do dote, e a dificuldade em encontrarem maridos para as filhas em certas comunidades (CSSS, 2011, e Johnson e Johnson, 2001). O relatório apresentado pela Índia, em 2005, acerca da implementação da Plataforma de Pequim no país, menciona melhorias na esperança de vida e decréscimos na taxa de mortalidade infantil. Contudo, o número de meninas dos zero aos seis anos é bastante inferior ao dos meninos. O governo tomou medidas para proibir o aborto selectivo [*Pre-*

desde o nascimento até à morte. Começando por servir o pai e o/s irmão/s do sexo masculino, por altura do casamento, a mulher perpetua este papel de servidão em relação ao marido.

Um das práticas anteriormente presentes na sociedade e que violava os direitos das crianças do sexo feminino era o casamento infantil⁷. Presentemente, prevalecem os casamentos arranjados. Direitos relativos ao casamento, tais como a posse de propriedade, a adopção, o divórcio ou voltar a casar em caso de viuvez, foram durante bastante tempo negados às mulheres (CSSS, 2011).

A virilocalidade aumenta o controlo exercido sobre a mulher e potencia a violência, muitas vezes relacionada com o dote (Johnson e Johnson, 2001). A violência contra as mulheres é consentida pelos costumes sociais e considerada como parte integrante da vida de casada⁸. A dependência económica, o medo de perder o contacto com os filhos, o desconhecimento dos seus direitos legais, e as pressões sociais são motivos que levam a mulher a relações e contextos de violência⁹ (CSSS, 2011).

Os movimentos de luta pela independência tiveram uma grande participação feminina. Gandhi apelou à participação das massas e as mulheres tiveram um papel bastante activo. Actualmente, poucas são as mulheres que participam na vida política. No

conception and Pre-natal Diagnostic Techniques (Prohibition of Sex Selection) Act, 2003]. Foi também lançada uma campanha intitulada *Save the Girl Child*. Esta procura reduzir a preferência por crianças do sexo masculino ao sublinhar feitos das meninas (GOI, 2005).

⁷ Com o contributo de Mahatma Gandhi decretou-se a sua proibição em 1929, através do *Child Marriage Restraint Act* (CSSS, 2011), ainda que as práticas nem sempre sejam concordantes.

⁸ O relatório de 2012 da *Special Rapporteur on violence against women* do Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU aborda o tema das mortes decorrentes da violência de género. Na Índia, uma das causas é o sistema de dote. Segundo as estatísticas, entre 2007 e 2009 foram reportadas entre 8093 e 8383 mortes devido ao dote. Muitas mortes ficam impunes. Os ataques de ácido estão a tornar-se frequentes não apenas na sequência de rejeições de propostas de casamento, mas também associados aos assédios pelo dote (ONU, 2012b).

⁹ O relatório submetido à ONU, em 1999, no âmbito de monitorização da CEDAW, apresenta as dificuldades em cumprir o artigo 5. Apesar de terem tomado medidas para eliminar o comportamento discriminatório, os estereótipos de papéis de género e a desigualdade no estatuto das mulheres, estas parecem não ter sido adequadas. Uma das razões apresentadas é o sistema patriarcal. A família também é apresentada como cenário de violência e subordinação, sendo referido que o feticídio e infanticídio femininos, a violência e a tortura relacionados com o dote, continuam a ser praticados de forma impune, não obstante a legislação existente (CEDAW, 1999).

Parlamento e nas assembleias do Estado, apenas 10% dos legisladores são mulheres¹⁰ (CSSS, 2011).

Relativamente ao trabalho remunerado¹¹, segundo o relatório indiano de 2005, no âmbito da Plataforma de Pequim, apesar de a Índia ter progredido economicamente com as reformas de 1991, a participação das mulheres na economia ainda é alvo de uma grande desigualdade¹² (GOI, 2005). Além da discriminação no acesso ao emprego e nos salários, muitas mulheres não têm controlo sobre o dinheiro que ganham, sendo este entregue ao pai, ao marido ou aos parentes por afinidade¹³ (CSSS, 2011).

O baixo estatuto que as mulheres têm na sociedade indiana faz com que os crimes contra si perpetrados sejam frequentes. Como refere o relatório do CSSS, de acordo com o *National Crimes Records Bureau* do governo indiano, durante o ano de 2006, ocorreram 32 000 homicídios, 19 000 violações¹⁴, 7500 mortes relacionadas com o dote e 36 500 casos de molestamento. Em termos estatais, Madhya Pradesh aparece nos piores lugares, mas a capital, New Delhi, continua a ser considerada como a cidade mais insegura para as mulheres.

1.2. O papel da educação

O desenvolvimento humano pressupõe determinados factores, sendo a educação um dos mais cruciais. Segundo Sen e Drèze (1995), ser escolarizado/a tem um valor inerente que se traduz na aquisição de novas capacidades que não precisam de ter um

¹⁰ A nível dos *Panchayat* (governos locais em aldeias ou cidades pequenas), muitas mulheres sofrem a oposição dos membros masculinos, que não as consideram como iguais, e da própria família, o que resulta muitas vezes na sua resignação. Os Estados de Karnataka (Sul) e West Bengal (Este) representam, porém, um exemplo a seguir, sendo que as mulheres excederam os 33% de lugares reservados, com 42% e 39%, respectivamente (CSSS, 2011).

¹¹ Segundo o relatório sobre os ODM, em 2011, elaborado pelo governo indiano, a participação das mulheres no mercado de trabalho continuava com valores baixos. A percentagem de mulheres no emprego remunerado nas áreas rurais, em 2009-10, era 19,6%, e nas áreas urbanas 17,6 %. Relativamente ao terceiro ODM, o relatório refere que mais de 80% das mulheres empregadas em sectores não agrícolas na Índia trabalham no sector informal (GOI, 2011).

¹² Embora consigam encontrar trabalho em algumas profissões seja como médicas, enfermeiras, professoras ou secretárias, existem muitas mulheres qualificadas a quem é vedado o acesso a determinadas profissões por serem preferidos candidatos masculinos. A desigualdade de género persiste também nos salários (CSSS, 2011).

¹³ Matéria que analisaremos mais à frente, na parte empírica.

¹⁴ Este tipo de crime tem vindo a crescer cada vez mais na sociedade indiana e, segundo as estimativas, a cada hora, 18 mulheres são violadas (CSSS, 2011).

fim específico como sejam os benefícios económicos. Em segundo lugar, a educação capacita as pessoas, incluindo para tirar partido das oportunidades económicas. Em terceiro lugar, um nível mais elevado de alfabetização e educação básicas podem facilitar a discussão pública das necessidades sociais e encorajar pedidos colectivos esclarecidos, tais como melhores cuidados de saúde e segurança social. Em quarto lugar, o processo de escolarização poderá servir outros fins para além de uma educação formal (por exemplo, a diminuição do trabalho infantil¹⁵). Outro benefício é a abertura de mentalidades, através da comunicação estabelecida entre os/as jovens. Por último, a educação tem um papel de empoderamento. Os grupos marginalizados podem incrementar a sua capacidade de resistência à opressão, de organização política e de obtenção de melhores acordos, através de uma escolaridade mais elevada. A família é outro elemento onde estes benefícios se fazem sentir, sendo que uma melhor educação, especialmente feminina, contribui para a redução das assimetrias de género.

Longwe (1998) distingue dois tipos de educação para as mulheres. A primeira consiste na escolarização, que a autora considera contribuir para o papel de subordinação da mulher nas sociedades patriarcais. A escolarização pode permitir um maior acesso ao mercado de trabalho e, por conseguinte, melhores condições económicas, mas são necessários outros meios para combater a desigualdade de género. A segunda passa pela educação para o empoderamento da mulher, que ela define da seguinte forma: “[...] women’s empowerment is the process by which women collectively come to recognise and address the gender issues which stand in the way of their advancement.” (Longwe, 1998: 19). Neste contexto, segundo a autora, a mudança no estatuto da mulher implica uma transformação na sociedade patriarcal, o que pressupõe uma educação que ultrapassa a escolarização convencional e conservadora. A sociedade patriarcal atribui o baixo estatuto socioeconómico das mulheres à falta de qualificações formais. No entanto, o próprio sistema de escolarização ensina as meninas a aceitarem a autoridade patriarcal e a não fazerem perguntas ou pensarem por elas mesmas (Longwe, 1998).

¹⁵ Sen e Drèze associam o trabalho infantil ao facto de as crianças não irem à escola e, na sua opinião, a expansão da escolarização poderia contribuir para a redução do número de crianças que trabalham.

A autora salienta a formação para a igualdade de género, cujo objectivo deve ser transformar a sociedade patriarcal, eliminando os privilégios atribuídos aos homens, tais como a exclusão das mulheres dos direitos de propriedade de terra e do controlo do rendimento do agregado familiar. As participantes dessa formação devem conseguir identificar práticas de desigualdade de género ou discriminação, quer na sociedade quer a nível pessoal (antes aceites como naturais e normais), considerar a discriminação de género como injusta e moralmente inaceitável e, finalmente, tornar-se parte de um programa de acção colectiva que vise acabar com as práticas discriminatórias (Longwe, 1998).

O sistema educativo indiano e as assimetrias de género

Em 1947, quando a Índia se tornou um país independente, apenas 14% da população era alfabetizada. Assim, a Constituição indiana de 1950 declarou a universalização da educação elementar até 1960. Em 1993, o Supremo Tribunal declarou que a escolarização até aos 14 anos de idade era um direito fundamental das crianças indianas (Shirname, 2007).

A Índia tem lançado diversos programas, tanto a nível nacional como estatal, com vista a melhorar o sistema educativo a vários níveis¹⁶ (Shirname, 2007).

Um dos programas criados pelo governo indiano é o *Mahila Samakhya*, que tem por objectivo a educação para o empoderamento das mulheres. O programa recebeu o *Noma Literacy Prize*¹⁷ da UNESCO, em 2001, por, entre outras coisas: empoderar as mulheres para que possam transformar as suas vidas ao mudarem práticas culturais e tradições negativas, e criar um ambiente de aprendizagem para elas e as suas crianças; questionar e combater a violência contra as mulheres e crianças (GOI, 2005).

Para atingir os objectivos EFA, a Índia implementou uma série de medidas, entre as quais o programa *Sarva Shiksha Abhiyan*, que veio reforçar o objectivo da

¹⁶ A Índia tinha também de aumentar o orçamento gasto na educação formal. Os gastos eram de 3,14%, apesar do país se ter comprometido, na Conferência de Pequim, a gastar 6% do orçamento de Estado com a educação (CEDAW, 2001). Segundo o relatório indiano submetido à ONU, no âmbito da Plataforma de Pequim, em 2005, o valor orçamental mais elevado gasto na educação formal tinha sido de 4,25% no período de 1999 a 2000 (GOI, 2005).

¹⁷ Distingue um grupo ou indivíduo que contribui significativamente para combater o analfabetismo, *in* http://en.wikipedia.org/wiki/Noma_Literacy_Prize (acedido em Agosto de 2013).

universalização da educação elementar, visando que todas as crianças dos seis aos 14 anos tenham acesso à educação elementar com qualidade até 2010 (UNESCO, 2003).

As assimetrias de género na escolarização têm várias causas: a divisão de género no trabalho, o sistema de herança patrilinear e as normas patriarcais, assim como os casamentos caracterizados pela patrilocalidade¹⁸, exogamia¹⁹, hipergamia²⁰ e pelo sistema de dote²¹ (Sen e Drèze, 1995); casamentos precoces (UNESCO, 2003); segurança pessoal²² (OCDE, 2012); a preferência por crianças do sexo masculino e um mercado laboral que favorece os homens. Outras causas são ainda a escolaridade, o nível económico-financeiro e o emprego dos pais. Assim, as meninas têm mais probabilidades de frequentarem a escola caso a mãe também o tenha feito e caso o agregado familiar possua boas condições económicas. Contudo, o trabalho de uma mãe no sector formal pode influenciar negativamente a frequência da escola por parte de crianças do sexo feminino, devido ao aumento de tarefas domésticas delegadas às filhas (Kingdon, 2002).

Para combater estas assimetrias de género, os Estados indianos que estão mais atrasados poderiam tirar partido do exemplo de Kerala. Segundo a UNESCO (2003), esta sociedade de tradição matrilinear²³ conseguiu erradicar a desigualdade de género na educação primária em 2001, graças ao papel do Estado e a uma liderança esclarecida. O aumento das oportunidades de emprego no sector público, sem barreiras institucionais ou sociais à participação feminina é uma evidência de que a educação formal forneceu ferramentas necessárias às mulheres para participarem na

¹⁸ Situação em que o novo casal vai habitar com a família do marido.

¹⁹ Casamento entre pessoas com características diferentes (familiares, étnicas, sociais ou religiosas).

²⁰ Casamento com uma pessoa com características consideradas superiores (condições socioeconómicas, classe social ou casta).

²¹ Segundo o relatório submetido à ONU, no âmbito da CEDAW, sobre o artigo 10, a Índia refere a importância da educação formal para o desenvolvimento social e económico. Uma das causas para a desigualdade de género é a desigualdade no acesso à educação. O sistema de dote funciona como um desincentivo à educação formal de raparigas, sendo que quanto mais elevado o nível de escolaridade da rapariga, mais elevado deverá ser o nível de escolaridade do noivo, o que aumenta o valor do dote pago (CEDAW, 1999).

²² Em África, na Ásia e no Médio Oriente, o assédio sexual e outras formas de violência de género diminuem o número de inscrições de meninas na escola ou contribuem para um maior número de desistências (Morrison *et al.*, 2007, *apud* OCDE, 2012: 73).

²³ Kerala teve um sistema de tradição matrilinear até aos anos de 1950 que deixou influências na sociedade, facilitando a participação das mulheres na esfera pública e a sua representação política (UNESCO, 2003).

esfera pública. Actualmente, Kerala continua a apresentar as taxas de alfabetização mais elevadas da Índia.

1.3. Referências internacionais e compromissos políticos com a igualdade de género

A nível internacional várias iniciativas têm sido tomadas contra a desigualdade de género. A Organização das Nações Unidas (ONU) tem desempenhado um papel crucial neste âmbito. Assim, em 1979, a CEDAW foi adoptada pela Assembleia Geral da ONU²⁴. Os Estados que ratificam a CEDAW²⁵ têm a obrigação de tomar medidas para garantir a igualdade de direitos dos homens e das mulheres a nível económico, cultural, social, civil e político²⁶.

Outro compromisso político importante é a Conferência de Viena. Esta foi a segunda conferência sobre direitos humanos²⁷ da qual resultou a *Vienna Declaration and Programme of Action*, que contou com representantes de 171 países²⁸, entre os quais a Índia²⁹. A participação total e igual das mulheres em todas as esferas da sociedade e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no sexo são consideradas como objectivos prioritários da comunidade internacional.

Um terceiro compromisso é a quarta³⁰ conferência mundial sobre as mulheres organizada pela *Commission on the Status of Women*, que se realizou em Pequim, em 1995³¹. O empoderamento das mulheres e a sua participação em todas as esferas da sociedade são considerados fundamentais para alcançar a igualdade, o desenvolvimento e a paz. Nesta conferência foi estabelecida uma Plataforma de Acção

²⁴ <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/text/econvention.htm#intro> (acedido em Julho de 2013).

²⁵ A Índia criou a *National Commission for Women*, em 1992, para salvaguardar os direitos das mulheres e, no ano seguinte, em 1993, ratificou a CEDAW.

²⁶ <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/text/econvention.htm#intro> (acedido em Julho de 2013).

²⁷ A primeira aconteceu em Teerão, no Irão, em 1968, no âmbito dos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, in <http://www.ohchr.org/EN/ABOUTUS/Pages/ViennaWC.aspx> (acedido em Julho de 2013)

²⁸ <http://www.ohchr.org/EN/ABOUTUS/Pages/ViennaWC.aspx> (acedido em Julho de 2013).

²⁹ [http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/A.CONF.157.24+\(PART+I\).En?OpenDocument](http://www.unhcr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/A.CONF.157.24+(PART+I).En?OpenDocument) (acedido em Julho de 2013).

³⁰ A primeira foi no México (1975), a segunda em Copenhaga (1980) e a terceira em Nairobi (1985).

³¹ <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/index.html> (acedido em Julho de 2013).

que abrange várias questões relacionadas com os direitos e o empoderamento das mulheres nas mais diversas áreas onde são vítimas de desigualdade³².

É ainda importante referir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). A ONU reuniu 189 representantes dos Estados-membros para participar na Cimeira do Milénio em 2000, surgindo a Declaração do Milénio com o objectivo de promover o desenvolvimento humano. Os vários representantes comprometem-se a atingir, até 2015, melhorias mensuráveis nas áreas mais críticas para o desenvolvimento humano, definidas por oito objectivos estratégicos³³.

Importa ainda salientar a Conferência Mundial sobre Educação para Todos que decorreu em 1990, em Jomtien, na Tailândia. O compromisso global *Education for All* (EFA) ambiciona que todas as crianças e todas as pessoas jovens e adultas tenham acesso ao nível básico de escolarização, sendo estabelecidos vários objectivos principais para este fim³⁴ (UNESCO, 2003).

2. O sistema de dote

O sistema de dote surgiu na Índia entre os séculos XIII e XIV (Rao, 1982, *apud* Dalmia e Lawrence, 2005: 73). Gupta (2003) argumenta, no entanto, que a forma como se pratica o dote actualmente é um costume moderno. O dote está maioritariamente associado à religião hindu, mas acabou por ultrapassar as barreiras da religião estendendo-se a outras comunidades religiosas (Government of India, 1974, *apud* Gupta, 2003: 102).

³² <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20E.pdf> (acedido em Julho de 2013).

³³ Os ODM são: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar a educação primária universal; promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças; assegurar a sustentabilidade ambiental; desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento, *in* http://www.unicef.org/mdg/index_aboutthegoals.htm (acedido em Julho de 2013).

³⁴ Os objectivos principais EFA são: expandir os cuidados e a escolarização da primeira infância (especialmente das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas); tornar a educação primária gratuita e obrigatória para todos (com ênfase nas meninas, crianças em dificuldade e minorias étnicas) até 2015; promover a aprendizagem e o desenvolvimento de capacidades para a vida de pessoas jovens e adultas; aumentar a alfabetização dos adultos em 50% (especialmente das mulheres) até 2015; atingir a paridade de género até 2005 e a igualdade de género até 2015; melhorar a qualidade da educação (UNESCO, 2003).

Importa realçar que o sistema de dote foi proibido em 1961, através do *The Dowry Prohibition Act*. Este define o dote como sendo qualquer propriedade ou valor dado ou acordado em ser dado directa ou indirectamente por uma das partes do casamento à outra parte, antes ou depois do casamento, no contexto do mesmo. O documento refere a exclusão do *mahr* (dote dado por parte dos noivos às noivas na religião muçulmana)³⁵.

O próprio documento acaba, porém, por permitir contornar a lei, acrescentando que quaisquer presentes oferecidos em qualquer momento do casamento a uma das partes, em forma de dinheiro, ornamentos, roupas ou outros artigos, não deveriam ser considerados como dote, a não ser que sejam uma condição para a realização do matrimónio³⁶. Outro exemplo contraditório pode ser encontrado na secção 6, na qual se afirma que o dote deverá ser usado para benefício da mulher ou dos seus herdeiros³⁷.

Ao proibir o dote, este Acto normativo determinou uma punição não apenas para quem recebe o dote como também para quem o dá, que consiste numa pena de prisão não inferior a cinco anos e numa multa não inferior a 15 000 rupias ou à quantia correspondente ao valor do dote³⁸. Esta proibição não foi eficaz e o documento foi objecto de duas emendas, em 1984 e 1986 (Johnson e Johnson, 2001: 1064).

O sistema de dote e o preço da noiva

Becker (1991) argumenta que um mercado de casamento eficiente atribua rendimento ou “preços” aos potenciais esposos/as por forma a combinar duas pessoas com atributos e papéis diferentes. O objectivo é procurar o/a parceiro/a que lhe permita maximizar a sua utilidade. Os obstáculos a uma atribuição de preços eficiente surgem quando os ganhos resultantes do casamento não podem ser imediatamente divididos ou quando um dos esposos detém mais poder do que o outro. Para

³⁵ *The Dowry Prohibition Act* (1961), in <http://wcd.nic.in/dowryprohibitionact.htm> (acedido em Julho de 2013).

³⁶ *The Dowry Prohibition Act* (1961), in <http://www.indiankanoon.org/doc/1763444/> (motor de pesquisa sobre a lei indiana) (acedido em Julho de 2013).

³⁷ *Idem*.

³⁸ *The Dowry Prohibition Act* (1961), in <http://wcd.nic.in/dowryprohibitionact.htm> (acedido em Julho de 2013).

ultrapassar estes obstáculos existem os preços da noiva, dotes, acordos de divórcio e outro tipo de transferência de capital. O preço da noiva pode ser pago, por exemplo, quando a noiva tem um estatuto socioeconómico superior ao do noivo. Quando o inverso acontece, paga-se o dote.

Botticini e Siow (2003) estudaram o funcionamento do sistema de dote, distinguindo-o do preço da noiva³⁹. Segundo os autores, quando as noivas são escassas, os noivos pagam o preço da noiva às noivas e, quando os noivos são escassos, as noivas pagam o dote aos noivos, que também pode ser chamado de preço do noivo.

Apesar de, na época contemporânea, a Índia ser um país onde o sistema de dote prevalece, os autores referem a sua inexistência na região de parentesco dravidiana. Como explicação, afirmam que, ao contrário do padrão de casamento hindu, a virilocalidade não faz parte dos casamentos entre primos na região dravidiana (Botticini e Siow, 2003).

Rajaraman (1983) explica os motivos da prevalência do dote em detrimento do preço da noiva. Segundo a autora, este último define-se como uma compensação dada à família da noiva pelo decréscimo na produção da família causado pela sua partida. A autora argumenta a existência de dois elementos que contribuem para o pagamento em questão: a contribuição económica da mulher e o seu papel na educação das crianças e noutras actividades domésticas. Pelo contrário, o custo de manter a mulher é visto como uma penalização. Neste cenário, o dote funciona como uma compensação pelos custos inerentes ao sustento da mulher. O dote institui-se, portanto, como uma obrigatoriedade no casamento de uma filha, independentemente da sua contribuição para o rendimento familiar.

Dalmia e Lawrence (2005) analisaram o sistema de dote distinguindo entre o Norte e o Sul da Índia. Para isso, analisaram os dados de uma pesquisa empírica realizada pelo *National Council of Applied Economic Research* (NCAER) em algumas cidades dos

³⁹ Outra distinção apresentada é entre dote e *stridhanam*. O dote consiste nos bens que o noivo e a sua família recebem da família da noiva na altura do casamento. Neste caso, a noiva não tem quaisquer direitos de propriedade. O *stridhanam* consiste nos bens, tais como roupas e jóias, que a família da noiva dá à noiva, sendo a noiva detentora dos direitos de propriedade (Tambiah, 1973, *apud* Botticini e Siow, 2003: 1395).

Estados do Uttar Pradesh (Norte) e de Karnataka (Sul), entre Julho e Setembro de 1995⁴⁰, relativamente às relações de parentesco e casamento. O Norte caracteriza-se, sobretudo, por: um sistema de herança patrilinear⁴¹ e residência patrilocal⁴²; proibição de casamentos entre parentes próximos, exclusão das mulheres dos direitos de propriedade, fluxo unilateral de presentes da família da noiva para a família do noivo, casamentos com homens do mesmo estatuto social ou com um estatuto social superior (hipergamia) e casamentos entre pessoas de aldeias diferentes (Trautmann, 1993, *apud* Dalmia e Lawrence, 2005: 74).

Já o Sul (onde se enquadra este estudo) caracteriza-se por casamentos entre parentes próximos ou, mais concretamente, entre primos, casamentos entre noivos e noivas do mesmo estatuto social (isogamia), reconhecimento do direito de propriedade da terra às mulheres, e migrações de curta distância na sequência dos casamentos (Dyson e Moore, 1983; Miller, 1981, *apud* Dalmia e Lawrence, 2005: 74).

O valor do dote

Segundo Dalmia e Lawrence (2005), o valor do dote é influenciado por factores tais como a escolarização (especialmente no Norte), a idade (especialmente no Sul) e a altura do noivo. Quanto mais escolarizado, mais velho e mais alto for um noivo, maior é o dote que recebe. No caso das noivas, em ambas as regiões, mas em especial no Sul, quanto mais escolarizadas forem, mais alto é o dote pago.

A relação entre a educação superior das noivas e o pagamento de um dote mais elevado pode dever-se ao facto de a educação estar relacionada com a prosperidade financeira⁴³. Um dote mais elevado pode também ser usado para compensar o noivo pelos eventuais riscos decorrentes de um casamento com uma noiva com um nível de

⁴⁰ As autoras seleccionaram a análise de 465 agregados familiares do Uttar Pradesh e 572 agregados familiares de Karnataka para a amostra. Através dos resultados obtidos, afirmam que o valor do dote pago no Norte era cerca de 35% mais alto do que no Sul e, mais concretamente, 28% mais alto no Uttar Pradesh do que em Karnataka.

⁴¹ Descendência traçada através da linhagem masculina.

⁴² A mulher vai viver com o seu marido e sogros.

⁴³ Uma escolaridade elevada pode ser indicadora de um estatuto financeiro elevado, o que, por conseguinte, implica o pagamento de um dote mais elevado.

instrução superior⁴⁴. A escolaridade masculina, por seu lado, tem influência no dote elevando o pagamento para os noivos com um nível de escolaridade mais elevado⁴⁵ (Munshi, 2012).

Voltando aos resultados obtidos por Dalmia e Lawrence (2005), quanto maior for a prosperidade financeira da família do noivo, menor é o dote que ele recebe. Por seu lado, quanto mais elevada for a posição social⁴⁶ do noivo, mais elevado é o dote pago. A dificuldade em encontrar um homem escolarizado e com um bom salário mensal, leva a que os pais paguem o dote para garantirem um bom casamento para as suas filhas (Caldwell, 1983, *apud* Botticini e Siow, 2003: 1395). Desta forma, a expansão e intensificação do sistema de dote nas últimas décadas na Índia podem ser explicadas pela hipergamia (Botticini e Siow, 2003).

O sistema de dote e a violência de género

A inflação do dote veio incrementar as suas consequências nefastas, tanto a nível económico e social como no plano dos direitos humanos. O dote causa a morte de mais de 9500 mulheres indianas por ano (CSSS, 2011). O *dowry burning* é também conhecido como *dowry death*, *dowry murder* e *bride burning*. Acontece particularmente quando os pedidos adicionais de dote não são satisfeitos (Johnson e Johnson, 2001). A forma de ocorrência mais comum é o marido ou os seus familiares despejarem querosene na mulher e pegarem-lhe fogo (Stein, 1988, *apud* Johnson e Johnson, 2001:1060). No caso de uma investigação policial, pode ser justificado às autoridades como um acidente doméstico ocorrido na cozinha (Miller, 1992, *apud* Johnson e Johnson, 2001: 1060).

Não obstante as mulheres terem muito mais oportunidades de emprego e de acesso ao ensino superior do que tinham quando o sistema de dote foi oficialmente proibido, mais de 50 anos depois, como Gupta (2003) argumenta, a sociedade indiana mantém a

⁴⁴ O facto de uma mulher com um nível de escolaridade elevado ter de pagar um dote mais alto pode ser explicado pela maior capacidade de negociação que uma mulher escolarizada possui no agregado familiar, o que a torna mais capacitada para poder abandonar o lar se o relacionamento não correr bem (Munshi, 2012).

⁴⁵ Este factor é explicado pela competição entre as noivas pelos noivos com mais educação que, provavelmente, conseguirão rendimentos mais elevados no mercado de trabalho (Munshi, 2012).

⁴⁶ Determinada sobretudo pela casta.

sua tradição e o dote suplantou as fronteiras de casta, classe e religião. De acordo com a autora, “[...] the practice of dowry receives widespread support as a cultural practice in India, even from women themselves, for whom it is considered to be oppressive.” (2003: 112).

A escolarização tem sido usada como estratégia para combater a violência contra as mulheres e o governo indiano tem tomado medidas para incrementar a educação formal feminina. No entanto, existem algumas evidências que demonstram que estas estratégias não têm funcionado de forma eficaz (Johnson e Johnson, 2001). A escolarização feminina não é vista como uma forma de adquirir conhecimento e qualificações para um maior acesso ao mercado de trabalho. Muitos pais vêem-na como uma forma de conseguir um melhor marido para as suas filhas (Surei, 1997, *apud* Johnson e Johnson, 2001: 1063). Muitas mulheres com um elevado nível de estudos continuam a sujeitar-se à tradição e não conseguem melhorar a sua situação (Johnson e Johnson, 2001).

II. PARTE EMPÍRICA

1. Metodologia

Esta secção empírica é composta de duas partes principais. A primeira retrata dados estatísticos, enfatizando as questões relacionadas com o género e com o desenvolvimento humano. Lamentavelmente, muitos dos indicadores não se encontram desagregados por sexo, não tendo por isso sido incorporados no estudo. A segunda é constituída pela análise das entrevistas recolhidas durante o trabalho de campo. Este teve como área geográfica a cidade de Hyderabad, no Estado de Andhra Pradesh (Sul), devido à ligação da autora deste trabalho com a cidade, tendo sido

professora de francês no *Kasturba Gandhi Degree & PG College for Women*, em 2009-10. O processo de inquirição compreendeu entrevistas semi-estruturadas (guião em anexo), tendo decorrido presencialmente durante o mês de Maio de 2013. Foram entrevistadas 36 mulheres hindus⁴⁷, na faixa etária dos 18 aos 40 anos, com diferentes estados civis, classes sociais, profissões e níveis de escolaridade, por forma a obtermos uma população relativamente diversificada. A selecção de amostra hindu teve como principal motivo a predominância do sistema de dote neste grupo religioso. Devido à barreira linguística⁴⁸, recorreu-se, por vezes, a uma intérprete⁴⁹ não profissional. As entrevistas, das quais seleccionámos 32 para este trabalho, foram divididas em três grupos, de acordo com o nível de escolaridade: um grupo de dez entrevistadas com um nível de escolaridade inferior ao ensino secundário; um grupo de onze entrevistadas com o ensino secundário, que desistiram do ensino superior ou que estavam a frequentá-lo; um grupo de onze entrevistadas com o ensino superior, incluindo frequência de mestrados e MBA.

Para a composição da amostra tínhamos pensado recorrer ao testemunho de ex-alunas. Contudo, sendo que estas têm todas escolaridade de nível superior, a maioria das entrevistadas foi seleccionada aleatoriamente, maioritariamente nos seus locais de trabalho: um instituto de línguas, empresas, lojas de centros comerciais, um salão de cabeleireiro, um mercado, um prédio com porteira, uma faculdade (*college*), e um agregado familiar com empregada doméstica. Uma das entrevistas decorreu numa zona residencial pobre⁵⁰. Algumas foram também realizadas em espaços de lazer como um centro cultural e a área de restauração de um centro comercial. Contrariamente ao inicialmente planeado, apenas uma das entrevistadas foi uma ex-aluna. Esta fez-se acompanhar pela irmã, e a entrevista decorreu num restaurante.

⁴⁷ Sem se considerar a classe social ou a casta.

⁴⁸ A maioria da população fala a língua do Estado, o telugu, havendo também uma grande predominância da língua oficial, o hindi, e o urdu é também falado pela população muçulmana. O inglês é falado por uma grande parte da população, mas a fluência da língua é limitada a uma população com níveis de educação e/ou escolarização superiores.

⁴⁹ Apenas numa das entrevistas se recorreu, também, a um intérprete do sexo masculino.

⁵⁰ O objectivo era conseguir mais entrevistas nesta área residencial onde vive uma população hindu, muçulmana e cristã. Uma rapariga cristã estava disposta a fazer a interpretação mas, depois de falar com a irmã, não pôde prosseguir. Assim, apenas foi realizada uma entrevista.

2. Análise empírica

2.1. Dados estatísticos sobre a Índia

Na análise dos indicadores que compõem o IDH, o PNUD classifica os países com desenvolvimento humano baixo, desenvolvimento humano médio, desenvolvimento humano elevado e desenvolvimento humano muito elevado. A Índia faz parte dos países de desenvolvimento humano médio, com um IDH de 0.554 (quadro 1). Segundo o RDH de 2013, a posição do país no IDH manteve-se inalterada, ocupando o 136º lugar numa lista de 194 países, quer em 2011 como em 2012⁵¹.

O segundo⁵² RDH sobre a Índia, elaborado pelo *Institute of Applied Manpower Research* (IAMR) em 2011, faz uma análise comparativa entre os períodos 1999-2000 e 2007-08 (IAMR, 2011).

Relativamente ao emprego, houve um decréscimo na taxa de desemprego de 7.3% em 1999-2000 para 6.6% em 2009-10. No entanto, de 2004-05 a 2009-10 houve um declínio de mais de 20 milhões de mulheres (19 milhões nas áreas rurais) na força de trabalho. Isto pode ser explicado pelo aumento do número de inscrições de raparigas no ensino secundário, especialmente nas áreas rurais (IAMR, 2011).

Os progressos mais significativos foram no índice de educação. Contudo, o país possui um terço dos analfabetos do mundo e existem muitas desistências no ensino primário. Nas áreas rurais, 43% das mulheres eram analfabetas em 2007-08. No entanto, em geral, houve uma melhoria na alfabetização das mulheres indianas, passando de 224 milhões de mulheres escolarizadas em 2001 para 334 milhões em 2011 (IAMR, 2011).

Em termos de saúde e nutrição, o país tem ainda bastantes factores de preocupação. A Índia possui o maior número de crianças subnutridas do mundo, e muitas mulheres sofrem do mesmo problema. Os piores valores situam-se entre as mulheres de tribos e castas marginalizadas, e as muçulmanas. A taxa de mortalidade materna também é preocupante (quadro 1). Em contrapartida, a taxa de fecundidade tem vindo a

⁵¹ http://hdr.undp.org/en/media/HDR2013_EN_Summary.pdf (acedido em Setembro de 2013).

⁵² O primeiro foi em 2002.

decrecer, especialmente nos Estados do Sul (Andhra Pradesh, Tamil Nadu e Kerala), onde o uso de contraceptivos é maior (IAMR, 2011).

Iremos agora analisar mais detalhadamente a evolução da Índia ao longo de alguns anos, através de alguns indicadores internacionais de desenvolvimento humano e de género retirados dos *sites* do PNUD e do Banco Mundial. Foram seleccionados indicadores destas instituições por serem as que apresentam um maior número de indicadores, permitindo, também, uma análise cronológica.

O Índice de Desigualdade de Género, que consideramos de extrema relevância para este trabalho, é composto por cinco indicadores que avaliam três dimensões da vida das mulheres: a saúde reprodutiva⁵³, a participação no mercado de trabalho⁵⁴ e o empoderamento⁵⁵. Considerando que, neste índice, zero representa igualdade absoluta e um desigualdade absoluta⁵⁶, podemos afirmar que a Índia tem uma desigualdade de género ainda bastante elevada (0.610). Como já referido, a taxa de mortalidade materna mantém-se elevada, assim como a taxa de fecundidade adolescente⁵⁷. Outros dados preocupantes são: a participação no mercado de trabalho, com valores bastante baixos e a agravante do mais baixo ter sido em 2011; o rácio mulheres/homens que completaram, pelo menos, o ensino secundário (0.528 em 2010), que fica bastante aquém de outros países asiáticos, como a Singapura, que apostaram fortemente na educação formal como motor para o desenvolvimento humano (0.910 em 2010); o rácio mulheres/homens com lugares no Parlamento também apresenta valores baixos (0.123 em 2012) (quadro 1).

⁵³ Taxa de fecundidade adolescente (número de nascimentos por 1000 mulheres na faixa etária dos 15 aos 19 anos) e taxa de mortalidade materna (número de mortes de mulheres por cada 100 000 nascimentos).

⁵⁴ Participação laboral segundo o rácio mulheres/homens.

⁵⁵ População com o ensino secundário segundo o rácio mulheres/homens e lugares no Parlamento segundo o rácio mulheres/homens.

⁵⁶ <http://hdr.undp.org/en/statistics/gii/> (acedido em Agosto de 2013).

⁵⁷ À excepção dos valores do Índice de Desigualdade de Género, os valores do quadro 1 remetem para a classificação de desenvolvimento humano baixo, médio, elevado e muito elevado que o PNUD atribui aos países, mediante a análise de vários indicadores, sendo que os valores da Índia para cada um dos indicadores podem ser comparados com os outros países em <http://hdrstats.undp.org/en/indicators/default.html> (acedido em Agosto de 2013). Embora a Índia faça parte dos países de desenvolvimento humano médio relativamente ao IDH, alguns dos indicadores posicionam o país no grupo dos países de desenvolvimento humano baixo. Isto verifica-se com a taxa de fecundidade adolescente (há que considerar, porém, os casamentos precoces), a participação laboral (rácio mulheres/homens) e os lugares no Parlamento (rácio mulheres/homens).

Quadro 1 – Indicadores sobre desigualdade de género e desenvolvimento humano

	1990	1995	2000	2005	2010	2011	2012
Índice de Desenvolvimento Humano	0.410	SD ⁵⁸	0.410	0.507	SD	SD	0.554
Índice de Desigualdade de Género	SD	SD	SD	0.637	0.619	SD	0.610
Taxa de fecundidade adolescente	SD	SD	116.1	98.6	86.3	SD	SD
Taxa de mortalidade materna	600	SD	390	280	200	SD	SD
Participação laboral (rácio mulheres/homens)	0.409	SD	0.413	0.444	SD	0.359	SD
População com o ensino secundário (rácio mulheres/homens ⁵⁹)	0.394	SD	0.471	0.498	0.528	SD	SD
Lugares no Parlamento (rácio mulheres/homens)	SD	SD	SD	0.103	0.120	SD	0.123

Elaboração própria a partir de dados do PNUD. Fonte: <http://hdrstats.undp.org/en/indicators/default.html> (acedido em Agosto de 2013).

O Banco Mundial disponibiliza alguns indicadores desagregados por sexo. Desta forma, torna-se mais fácil perceber a desigualdade de género e as áreas onde foram feitos progressos. Contudo, apenas encontramos indicadores para quatro anos: 2008, 2009, 2010 e 2011. Os melhores resultados verificam-se na esperança de vida à nascença. A igualdade de género verifica-se na taxa de conclusão primária em 2009, assim como no rácio feminino/masculino nas matrículas no ensino primário. A maior assimetria no ensino verifica-se relativamente ao superior⁶⁰. Outro indicador de grande desigualdade (já antes referido) é a taxa de participação no trabalho (quadro 2).

⁵⁸ Sem dados.

⁵⁹ População com idade superior a 25 anos.

⁶⁰ Não havia dados para a taxa de alfabetização.

Quadro 2 - Indicadores sobre desigualdade de género e desenvolvimento humano

	2008		2009		2010		2011	
	M	F	M	F	M	F	M	F
Esperança de vida à nascença	63	66	63	66	64	67	64	67
Taxa de participação no trabalho (% de população com mais de 15 anos)	82	32	81	31	81	29	81	29
Taxa de desemprego (% de população da força laboral)	SD ⁶¹	SD	SD	SD	3.3	4.3	SD	SD
Taxa de conclusão primária (% de um grupo etário relevante)	96	95	97	97	SD	SD	SD	SD
Rácio feminino/masculino nas matrículas no ensino primário (%)	99		100		100		SD	
Rácio feminino/masculino nas matrículas no ensino secundário (%)	88		91		92		SD	
Rácio feminino/masculino nas matrículas no ensino superior (%)	SD		68		73		SD	

Elaboração própria a partir de dados do Banco Mundial. Fonte: <http://data.worldbank.org/indicador> (acedido em Agosto de 2013).

2.2. Análise das entrevistas

Hyderabad é a sexta maior cidade indiana em termos populacionais, com mais de sete milhões de habitantes⁶². Com uma herança cultural muçulmana, reflectida na população com mais de 20% de pessoas muçulmanas, Hyderabad caracteriza-se por uma mistura de culturas e religiões. Foi nesta cidade que decorreu o trabalho de campo. Iremos aqui analisar as variáveis mais relevantes para este trabalho.

O primeiro grupo de entrevistadas, com uma escolaridade inferior ao ensino secundário (incluindo secundário incompleto), é constituído pelas entrevistadas A a J⁶³ (dez). São mulheres com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos, tendo a

⁶¹ Sem dados.

⁶² <http://www.census2011.co.in/urbanagglomeration.php> (acedido em Agosto de 2013).

⁶³ Decidimos atribuir letras (e não nomes fictícios) às entrevistadas.

maioria entre 25 e 35 anos. Quanto à escolaridade, neste segmento de amostra encontra-se uma pessoa analfabeta (entrevistada E) entre mulheres que obtiveram desde o 5º ano ao secundário incompleto, havendo algumas com 10 anos de escolaridade. No que diz respeito à autonomia na escolha dos estudos, este grupo, comparativamente com os outros, é aquele onde a maioria das entrevistadas abandonou os estudos por decisão parental, sobretudo para que pudessem casar. Este grupo apresenta o maior número de mulheres casadas (cinco casadas, duas viúvas e três solteiras).

O segundo grupo é constituído pelas entrevistadas K a U (onze), com idades compreendidas entre os 18 e os 31 anos. Metade das entrevistadas encontra-se a frequentar o ensino superior (uma desistiu para ajudar a família) e cinco completaram o ensino secundário. Algumas revelaram ter abandonado os estudos por decisão própria, mas apenas porque a família estava com problemas financeiros. Neste grupo, somente três mulheres eram casadas.

O terceiro grupo é constituído pelas entrevistadas V a Z e A1 a F1 (onze). Nove têm o ensino superior completo⁶⁴ e duas frequentam MBA. A decisão sobre a escolha dos estudos coube às próprias entrevistadas. Este segmento de amostra apresenta o maior número de solteiras. Apenas duas entrevistadas eram casadas, e outras duas estavam prestes a casar-se.

Relativamente à profissão, existe alguma variedade, mas grande parte das entrevistadas encontra-se empregada no sector do comércio, particularmente em lojas de centros comerciais. O primeiro grupo é bastante homogéneo, sendo que, das dez entrevistadas, cinco trabalham como empregadas (auxiliares) numa faculdade (*college*).

A maioria das entrevistadas casadas (incluindo duas viúvas), contraíram matrimónio na faixa etária dos 12 aos 20. Assim, a mais nova, oriunda de uma zona rural, casou-se aos 12 anos, sem nunca ter estudado. A segunda mais nova casou-se aos 13/14 anos (não

⁶⁴ O sistema de ensino superior na Índia tem similaridades com o britânico. A maioria dos cursos de ensino superior têm a duração de três anos. BSc significa *Bachelor of Sciences*, BCom, *Bachelor of Commerce*, e BTech, *Bachelor of Technology* (ver grelhas das entrevistas em anexo).

precisou); aos 20 anos, já tem um filho com seis anos. Ambas pertencem ao primeiro grupo, no qual a idade mais tardia de casamento foi aos 20 anos. Já no segundo e terceiro grupos, o matrimónio mais jovem ocorreu aos 17 e 15 anos, e o mais tardio aos 23⁶⁵ e 25 anos, respectivamente.

Relativamente à questão que procura saber se o casamento foi arranjado ou por opção, aferimos que, na esmagadora maioria dos casos, os matrimónios foram arranjados⁶⁶. Contudo, três entrevistadas solteiras (segundo e terceiro grupos) afirmam que se vão casar por amor (entrevistadas S, Y e Z).

Acerca da experiência pessoal com o dote, a maioria das entrevistadas afirma não ter pagado ou não vir a pagar o dote (das 12 casadas, sete pagaram o dote). Acentuamos, porém, que, ao remeter para uma prática ilegal, a questão é melindrosa. No primeiro grupo, contudo, das sete entrevistadas casadas (incluindo as viúvas), quatro pagaram o dote, embora os valores não tenham sido muito elevados. Nenhuma delas refere ter havido um pedido adicional de dote. As que não o pagaram apresentam como razão não ter sido pedido. Das três solteiras, duas mencionam que o vão pagar e a uma delas não foi feita a pergunta directamente. Contrariamente, no segundo grupo, nenhuma das entrevistadas refere o pagamento do dote, e no terceiro, apenas uma o pagou. As razões apresentadas para não terem efectuado o pagamento são: casamento com um familiar (entrevistadas K e V) e o marido não ter pedido o dote (entrevistadas O e U). Entre as solteiras, quatro afirmam não querer pagar o dote e uma delas diz que o paga se for pedido. As três entrevistadas que se vão casar por amor, não o vão pagar, assim como uma que se vai casar com um parente (entrevistada Q). A entrevistada X recusa-se a pagá-lo devido aos estudos que tem.

Outra questão analisada foi o prejuízo financeiro para a família devido ao pagamento do dote. Duas entrevistadas (primeiro grupo) declaram ter tido problemas devido ao pagamento do dote. Algumas admitem poder vir a ter problemas se for pedido. Outra está a equacionar alegar problemas financeiros para evitar pagar o dote.

⁶⁵ A entrevistada U tinha perdido o marido não havia muito tempo, mas nunca referiu o facto, respondendo às questões como se ele ainda estivesse vivo. A entrevistadora tomou conhecimento da situação porque a entrevistada era colega de um amigo seu.

⁶⁶ Não podemos afirmar acerca da entrevistada U, cuja entrevista foi feita sob um certo constrangimento devido à situação anteriormente referida.

Quanto à percepção sobre o uso do dote, no primeiro grupo, duas entrevistadas revelam que o dote foi entregue aos sogros, sendo que elas não se opuseram a isso. Outra não sabe como o dinheiro foi gasto. A entrevistada E, pelo contrário, juntamente com o marido, depositou o dinheiro no banco para salvaguardar o futuro dos filhos. No terceiro grupo, ao contrário do primeiro, a única entrevistada que pagou o dote afirma que o marido o gasta apenas com ela - por exemplo, comprando-lhe ouro. Está de acordo que o dote seja gasto desta forma.

Na avaliação da percepção das entrevistadas em relação ao dote, a maioria responde de forma unânime que o dote deve ser eliminado. No primeiro grupo, porém, encontramos algumas posições mais conformistas. A entrevistada J, por exemplo, embora não tenha pagado o dote, diz que o mesmo não deve ser eliminado porque faz parte da tradição cultural. Outro exemplo é a entrevistada E que argumenta que o dote deve ser pago apenas por quem tiver condições financeiras para o fazer. Houve ainda duas opiniões que, embora sem defenderem de forma inequívoca a manutenção do dote, mencionam alguns factores positivos do mesmo. A entrevistada D argumenta que o dote tem duas facetas: ao ser dado, prejudica a família da noiva, mas, se não o for, o noivo fica socialmente mal visto. A entrevistada I afirma que o dote funciona como um elemento de segurança no casamento e prestígio para a mulher, levando os sogros a tomar conta dela, embora concorde com a eliminação do mesmo. No segundo grupo, as opiniões contra a prática do dote são expressas de forma mais veemente. A entrevistada K classifica o dote como injusto, cruel e um fardo, e não vê razões para a sua prática. A entrevistada Q considera-o mesmo um crime. As entrevistadas M e N afirmam ainda que o dote é como comprar a mulher. A entrevistada U diz não ter opinião. Por último, no terceiro grupo, as opiniões são similares, advogando-se a erradicação do dote. A entrevistada A1 considera o dote como um dos piores males da sociedade. A entrevistada D1 argumenta que o dote não deve existir porque as mulheres, tal como os homens, conseguem estudar e ser independentes. A entrevistada E1 menciona a proibição da prática do dote e o facto de, devido ao estatuto social, as pessoas contornarem a lei e manterem a prática.

Relativamente à percepção sobre o futuro do dote⁶⁷, as entrevistadas referem algumas medidas que podiam ser tomadas para a sua eliminação: investimento na educação formal; consciencialização das pessoas que dão e recebem o dote; intervenção das autoridades competentes (governo) e punição de quem o recebe; união das mulheres para lutarem pelos seus direitos e recusarem dar o dote; responsabilização dos pais, incluindo através da influência dos jovens sobre eles; apresentação de queixas à polícia ou à *Mahila Mandal* (associação contra o dote).

Encorajadas a pronunciarem-se sobre o eventual pagamento do dote no caso das respectivas filhas, a maioria das entrevistadas afirma não querer pagar o dote. O terceiro grupo é aquele em que as respostas neste sentido são mais expressivas (apenas duas se mostram dispostas a pagá-lo). No primeiro grupo, pelo contrário, algumas demonstram estar disponíveis a pagá-lo, caso este seja pedido. Outras dizem estar a investir na educação das filhas para terem um bom futuro, não pretendendo pagar o dote. A entrevistada N, do segundo grupo, acha que dar o dote no caso de vir a ter uma filha é obrigatório.

Outra variável analisada foi a percepção do dote no caso dos filhos⁶⁸. A maioria das entrevistadas não vai pedir o dote para os filhos. No primeiro grupo, a entrevistada E vai pedir o pagamento do dote se o filho tiver uma boa posição quando crescer. A entrevistada G, que pretende pagar o dote pela filha por se tratar de um costume da família, vai pedir o dote para o filho para conseguir pagar o da filha. A entrevistada H vai deixar o filho, actualmente com 12 anos, decidir sobre o assunto mais tarde. A entrevistada I apenas o irá pedir se o filho precisar do mesmo. A entrevistada R (segundo grupo), que irá dar o dote por ela e por uma eventual filha, confessa vir a pedi-lo caso tenha um filho.

Quisemos também avaliar o contexto familiar de origem das entrevistadas, focando o tratamento recebido relativamente aos irmãos do sexo masculino. Em geral, referem ter sido tratadas de modo igual aos irmãos. Duas delas (primeiro grupo) afirmam ter sido preteridas pelos pais. A entrevistada F menciona que esta preterição se reflectiu

⁶⁷ Apenas responderam a esta questão entrevistadas que defenderam a eliminação do dote.

⁶⁸ Lamentavelmente, esta questão não foi colocada a todas as entrevistadas. O grupo onde existem mais respostas é o primeiro grupo.

nos seus estudos. A entrevistada J, contrariamente, diz que as raparigas da sua família foram melhor tratadas do que os rapazes.

Por forma a avaliar até que ponto o contexto familiar de origem pode influenciar o contexto familiar actual ou futuro, procurámos saber se as entrevistadas tratam (ou pensam tratar) os filhos e filhas de forma igual. A generalidade das respostas demonstra que as entrevistadas são a favor da igualdade de tratamento. A entrevistada F (primeiro grupo), mãe de duas filhas e um filho, confessa estar a dar prioridade às filhas devido ao facto de ter sido preterida pelos pais. Assim, enquanto o filho anda numa escola pública, as filhas frequentam uma escola privada.

Tentámos também aferir a percepção das implicações dos estudos na condição de vida das entrevistadas. A maioria atribui à obtenção de estudos superiores efeitos positivos, designadamente: possibilidade de conseguir um emprego melhor, de ter um negócio próprio, de pagar um dote inferior, de ter um futuro melhor, de obter um melhor salário. A entrevistada E acha que a escolarização não a teria exonerado do pagamento do dote.

Relativamente às perspectivas sobre o emprego após o casamento e a maternidade, a maioria das entrevistadas mantém ou vai manter a relação laboral. Isto acontece com todas as entrevistadas do primeiro grupo. No segundo e terceiro grupos, pelo contrário, as respostas são mais variadas. Algumas entrevistadas mostram-se dispostas a abandonar o emprego, temporariamente após a maternidade, ou definitivamente (entrevista Q). No terceiro grupo, as razões apresentadas para continuar a trabalhar após o casamento e a maternidade são, além das questões financeiras (referidas nos outros grupos): gostar de trabalhar⁶⁹; tirar proveito dos estudos superiores; manter a independência⁷⁰; partilha de responsabilidades com o marido; querer ser um exemplo de igualdade para as crianças.

A maioria das entrevistadas casadas afirma que o marido aceita bem o facto de trabalhar. Contudo, há duas respostas opostas. A entrevistada J (primeiro grupo) diz

⁶⁹ Razão também apresentada por uma entrevistada do segundo grupo.

⁷⁰ *Idem*.

que só pôde trabalhar depois da morte do marido. O marido da entrevistada O (segundo grupo), não aceita bem a sua situação profissional.

A independência é importante para a maioria das entrevistadas, não apenas por questões associadas ao dinheiro, mas também por razões associadas à autonomia simbólica⁷¹: gostar de si e não querer depender de ninguém; ter respeito por si própria; estar apta a lutar contra qualquer problema; contribuir para a igualdade.

Quisemos ainda avaliar até que ponto as entrevistadas casadas se sentem independentes financeiramente e participam na tomada de decisão nos agregados familiares. Obtivemos respostas variadas. Algumas dizem haver partilha de despesas e na tomada de decisão. Três entrevistadas dizem ser o marido a gerir o dinheiro. Há ainda casos em que o marido tem o controlo das finanças, mas as decisões sobre os gastos são tomadas em conjunto (por exemplo, a entrevistada K, do segundo grupo, casada e estudante).

Relativamente à percepção acerca do contributo para o desenvolvimento do país, em todos os grupos, especialmente no primeiro, a importância atribuída à educação é evidente. Esta é considerada um meio de contributo para o desenvolvimento do país, por exemplo, através da educação que proporcionam às respectivas crianças. A entrevistada E (analfabeta e porteira) diz que as mulheres prescindiram dos seus direitos a favor dos homens e, assim, quer ser subordinada ao marido. A entrevistada D (sem o ensino secundário e empregada doméstica) diz que não sabe como contribuir e não é um assunto que a preocupe. Para além da educação, outras maneiras de contribuir mencionadas são: ajudar os pobres; desencorajar más práticas (mendicidade e dote, por exemplo); combater o assédio sexual; pagar impostos; acabar com os casamentos infantis; ajudar as pessoas idosas; ter um emprego; ter uma mentalidade aberta; seguir as normas do governo; proteger o ambiente; não pagar o dote; preocupar-se com a igualdade de género. A entrevistada V (terceiro grupo) afirma ter contribuído particularmente quando trabalhou como professora e consultora.

⁷¹ Apresentadas no segundo e terceiro grupos.

No que toca à percepção sobre as dificuldades e a violência de género, foram referidas: violência doméstica; raptos e violações; o dote; falta de dinheiro; a desvalorização no mercado de trabalho; desemprego; analfabetismo; falta de segurança; desigualdade no acesso ao ensino; feticídio feminino; o elevado número de população; o trabalho infantil; a educação errada que os pais dão aos filhos (sentem-se superiores às mulheres) e às filhas (sentem-se inferiores aos homens). A entrevistada R (segundo grupo) defende que as mulheres precisam de um homem para se sentirem seguras.

Quisemos também saber que mudanças são observáveis na sociedade, nos últimos 20 anos, no que diz respeito à condição feminina. Foram então indicadas as alterações na mentalidade das mulheres; a maior consciência da sociedade para a igualdade de género e maior abertura de mentalidades; a maior capacidade de opinião; o maior número de activistas femininas; a maior independência; a maior participação das mulheres na esfera pública (mercado de trabalho, ensino e desporto, por exemplo).

Por último, quisemos analisar até que ponto as entrevistadas sentem ter os mesmos direitos que os homens e que direitos gostariam de ter. Poucas são as que dizem ter direitos iguais aos homens. Referem a insegurança, o domínio exercido pelos homens, a falta de liberdade, as dificuldades no acesso ao ensino. Assim, as entrevistadas desejam obter os seguintes direitos: mais educação; mais espaço e mais liberdade; mais segurança; mais apoio para lutarem pelos direitos; mais protecção e apoio dos maridos; mais respeito por parte dos homens; mais empoderamento (incluindo nos agregados familiares); erradicação do infanticídio feminino; separação entre os homens e as mulheres nos autocarros e comboios de viagem. A entrevistada E1 (terceiro grupo) argumenta que é necessário consciencializar as pessoas para a igualdade de género, especialmente nas áreas rurais. A entrevistada I (primeiro grupo) considera o dote como um impedimento ao empoderamento das mulheres.

Conclusões

Este trabalho procurou integrar conhecimento científico disperso sobre a igualdade de género, o desenvolvimento humano, a educação e o sistema de dote na Índia. Além disso, no quadro académico nacional, são poucos os trabalhos realizados sobre o país.

Procurámos rever as perspectivas teóricas que dão conta de como a igualdade de género e o desenvolvimento humano estão reciprocamente relacionados. Assim, o empoderamento das mulheres é necessário para que possam fazer parte da mudança social enquanto agentes e beneficiárias do desenvolvimento. A sociedade indiana é caracterizada por uma desigualdade de género bastante elevada, com base no sistema patriarcal, que se traduz numa fraca participação das mulheres na força laboral, negação de direitos de propriedade, desigualdade na escolarização (especialmente no ensino superior), preferência por crianças do sexo masculino, entre outros factores. Não obstante a evolução da sociedade e um maior acesso da mulher ao ensino e ao mercado de trabalho, o sistema de dote prevalece. Alguns autores, como vimos, atribuem a sua existência à escassez de noivos, em oposição ao preço da noiva que surge em sociedades onde as noivas são escassas. Seguindo este raciocínio, na Índia, onde o número de homens é superior às mulheres, verificar-se-ia o preço da noiva e não o sistema de dote.

Para a parte empírica, procurámos cruzar informação estatística que visa caracterizar a sociedade indiana, à luz das variáveis mais centrais no trabalho (dados secundários), com informação empírica original (dados primários), recolhida no terreno, com recurso a uma metodologia de natureza qualitativa (entrevistas e análise de conteúdo).

Esta dissertação reforça a importância da educação formal enquanto indutora do desenvolvimento humano, do empoderamento das mulheres e da modernização das relações de género, no sentido de uma maior igualdade entre homens e mulheres. Ao cruzar o paradigma do desenvolvimento humano com a desigualdade de género, esta dissertação permite observar as mulheres como um grupo que tanto combina experiências de vida colectivas, como apresenta algumas características relativamente distintas, que aqui explorámos em função do nível de escolaridade.

Com o trabalho de campo pretendíamos avaliar o impacto da educação formal nas relações de género e no sistema de dote, tanto na geração das entrevistadas como nas vindouras, assim como avaliar a percepção das mulheres acerca dos seus direitos enquanto cidadãs e acerca do seu contributo para o desenvolvimento do país.

Uma das primeiras conclusões prende-se com a autonomia na escolha dos estudos. As entrevistadas do primeiro grupo, com o nível de escolaridade mais baixo, foram aquelas cujos pais as forçaram a abandonar os estudos para as casarem. Duas delas casaram em idade precoce, uma aos 12 anos, sem nunca ter estudado, e outra aos 13/14 anos. Já no terceiro grupo, uma entrevistada estava solteira aos 28 anos. Isto demonstra também a evolução da sociedade indiana, o investimento na educação das raparigas, começando a haver casamentos mais tardios.

As entrevistadas contraíram matrimónio, fundamentalmente, através de casamentos arranjados. No grupo das mais escolarizadas, porém, três das solteiras, admitem que se vão casar por amor. Nestes casos, o dote não é equacionado.

A maioria das entrevistadas, sobretudo as mais escolarizadas, não quer pagar o dote e, também, não pretende fazê-lo pelas filhas. Relativamente às entrevistadas que o pagaram (sete em 12 casadas), apenas uma beneficia directamente do mesmo.

Não obstante algumas entrevistadas terem referido a questão da tradição e o prestígio social associados ao dote, a maioria é a favor da sua eliminação. As posições mais conservadoras são evidenciadas pelas menos escolarizadas.

A insegurança e a desigualdade são das principais dificuldades de género enfrentadas pelas mulheres indianas. Em termos de mudanças positivas, uma das mais referidas foi o maior acesso das mulheres ao mercado de trabalho e ao ensino.

As entrevistadas deram extrema importância à educação formal, incluindo as do primeiro grupo (educação dada às suas crianças). Esta promove a independência económica (maior valorização do emprego e dos recursos financeiros próprios)⁷² e simbólica (recusa do dote, perspectiva crítica sobre as assimetrias nas relações de

⁷² No primeiro grupo, particularmente, algumas entrevistadas casadas não controlavam as finanças e não participavam na tomada de decisão no agregado familiar.

género, desejo de educar filhos e filhas em igualdade, valorização dos casamentos por amor). A educação é ainda considerada como um dos meios de contributo para o desenvolvimento do país, especialmente no primeiro grupo, através da educação que estão a dar às suas crianças. Nos outros grupos, pelo contrário, as possibilidades de contributo são mais variadas.

A educação pode contribuir para a igualdade de género e para mudar o estatuto da mulher. Contudo, para que isto aconteça, a escolarização convencional e conservadora não é suficiente, como sublinha Longwe (1998). A formação para a igualdade de género deve consciencializar as mulheres dos seus direitos, mas não pode excluir os homens. A não ser que todas as mulheres recusem pagar o dote e os homens não tenham outra opção a não ser casar-se nessas condições, como referiu uma entrevistada, enquanto houver mulheres dispostas a pagá-lo haverá sempre homens a exigí-lo, como condição para o casamento. Seria interessante, futuramente, seguir uma linha de investigação que permitisse analisar as opiniões masculinas acerca do dote, compondo a amostra com homens com características análogas às das entrevistadas.

Como foi referido por uma das entrevistadas, responsabilizar os pais/mães é muito importante para a erradicação do dote. Os pais do noivo desempenham um papel crucial na perpetuação do sistema de dote. Analisar figuras de sogras de vários contextos socioeconómicos, educacionais e de várias idades e tentar perceber o que as motiva a pedir o dote para os filhos seria outra possibilidade de investigação no seguimento deste trabalho.

As relações de género e o sistema de dote, numa cultura como a indiana, envolvem numerosos factores, pelo que muita investigação pode ainda ser feita para tornar este trabalho mais completo.

Referências bibliográficas

Banco Mundial (2011), *World Development Report 2012: Gender Equality and Development*, Washington, DC: The World Bank.

Becker, Gary Stanley (1991), *A Treatise on the Family*, Harvard University Press.

Botticini, Maristella e Aloysius Siow (2003), "Why dowries?", *The American Economic Review*, vol. 93, nº 4, pp. 1385-1398.

CEDAW (1999), *Initial Reports of State Parties: India*, ONU.

_____ (2001), *Relatório de Avaliação da Índia*, ONU.

Centre for Study of Society and Secularism (2011), *Status of women in India: problems and concerns*, Internees' Report, Mumbai.

Dalmia, Sonia e Pareena G. Lawrence (2005), "The institution of dowry in India: why it continues to prevail", *The Journal of Developing Areas*, vol. 38, nº 2, pp. 71-93.

Government of India (2005), *Platform for Action 10 years after: India Country Report*, Department of Women and Child Development, Ministry of Human Resource Development, Government of India.

_____ (2011), *Millennium Development Goals India Country Report 2011*, Central Statistical Organization, Ministry of Statistics and Programme Implementation, New Delhi: Government of India.

Gupta, Nidhi (2003), "Women's human rights and the practice of dowry in India, Adapting a Global Discourse to Local Demands", *Journal of Legal Pluralism*, nº 48, pp. 85-123.

Institute of Applied Manpower Research (2011), *India Human Development Report 2011: Towards Social Inclusion*, Planning Commission, Government of India, New Delhi: Oxford University Press.

Johnson, Pamela S. e Jennifer A. Johnson (2001), "The oppression of women in India", *Violence Against Women*, vol. 7, nº 9, pp. 1051-1068.

Kingdon, G. Gandhi (2002), "The gender gap in educational attainment in India: how much can be explained?", *Journal of Development Studies*, vol. 39, nº 2, pp. 25-53.

Longwe, Sara Hlupekile (1998), "Education for women's empowerment or schooling for women's subordination?", *Gender & Development*, vol. 6, nº 2, pp. 19-26.

Munshi, Soumyanetra (2012), "Education and dowry: an economic exploration", *IIM Kozhikode Society & Management Review*, Indian Institute of Management Kozhikode, vol. I, nº 2, pp. 111-120.

OCDE (2012), *Closing the Gender Gap: Act Now*, OCDE.

ONU (2001), *Integration of the Human Rights of Women and the Gender Perspective: violence against women*, Human Rights Council, United Nations.

_____ (2012a), *The Millennium Development Goals Reports 2012*, New York: United Nations.

_____ (2012b), *Gender-related Killings*, Human Rights Council, United Nations.

Rajaraman, Indira (1983), "Economics of bride-price and dowry", *Economic and Political Weekly*, vol. 18, nº 8, pp. 275-279.

Savvasi, Sreenivas e Prabhakar Varre (2013), "The socio-economic dimensions of women in India", *Journal of Humanities and Social Sciences*, vol. 7, nº 3, pp. 54-58.

Sen, Amartya K. e Jean Drèze (1995), *India Economic Development and Social Opportunity*, Delhi: Oxford University Press.

_____ (2003), "Development as capability expansion", in Fukuda-Parr, Sakiko *et al.* (eds.), *Readings in Human Development*, New Delhi and New York: Oxford University Press, pp. 41-58.

Shirname, Sangeeta (2007), "'Education for All' in India: historical development, especially in the light of gender equality and impact on the present day situation", Indian Society for Education and Development.

ul Haq, Mahbub (2008), "The Human Development Paradigm", in Giorgio Secondi (ed.), *The Development Economics Reader*, Routledge, pp. 28-33.

UNESCO (2003), *Gender and Education for All: The Leap to Education*, EFA Global Monitoring Report 2003-04, Paris: UNESCO.

UNFPA (2000), *The State of the World Population: Lives Together, Worlds Apart. Men and Women in a Time of Change*, United Nations Population Fund.

United Nations Development Program (1990), *Human Development Report*, New York: Oxford University Press.

World Bank (2001), *Engendering Development Through Gender Inequality in Rights, Resources, and Voice*, New York: Oxford University Press.

Websites consultados

http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1995_en_overview.pdf

http://en.wikipedia.org/wiki/Noma_Literacy_Prize

<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/text/econvention.htm#intro>

<http://www.ohchr.org/EN/ABOUTUS/Pages/ViennaWC.aspx>

[http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(Symbol\)/A.CONF.157.24+\(PART+I\).En?OpenDocument](http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/A.CONF.157.24+(PART+I).En?OpenDocument)

<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/index.html>

<http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20E.pdf>

http://www.unicef.org/mdg/index_aboutthegoals.htm

<http://wcd.nic.in/dowryprohibitionact.htm>

<http://www.indiankanoon.org/doc/1763444/>

http://hdr.undp.org/en/media/HDR2013_EN_Summary.pdf

<http://hdr.undp.org/en/statistics/gii/>

<http://hdrstats.undp.org/en/indicators/default.html>

<http://data.worldbank.org/indicator>

<http://www.census2011.co.in/urbanagglomeration.php>

ANEXOS

Guião de entrevista

- 1- How old are you?
- 2- What is your education level? Was it your decision or your parents decision to study what you have studied and until that level?
- 3- What do you do for a living? Are you satisfied with that? If you could change, what would you like to do?
- 4- Are you single or married?
- 5- (Singles) At what time do you expect to get married?
(Married) At what time did you get married? Were you pleased to get married at that age?
- 6- (Married) The dowry you have paid was it high? Did it compromise your family's finances?
(Singles) Do you think that the dowry will cause any financial problems to your family?
- 7- (Married) How is the dowry spent? Who decides how to spend it? How do you feel about it? Do you think it is fair?
- 8- What do you think about the dowry system? Do you consider it a practice that should be kept?
- 9- If you have answered no, in your opinion, how can the dowry system be stopped?
- 10- After getting married, did your husband's family ask for more dowry? If yes, did your family pay it?
- 11- If you will have daughters, do you plan to save for their dowry? And if you have sons, will you ask for dowry?
- 12- In your family, did you have the same opportunities as your brothers concerning, for instance, the education received at home, the accessibility to health care and to formal education?
- 13- Will you give an equal education to your sons and daughters? If no, what will be the difference?
- 14- At what age do you expect your children to get married?
- 15- (For those who didn't study much) Would you like to have studied more? Do you think it would have made any difference in your life?
(Married) And concerning the dowry paid, do you think that, if you had studied more (and had a good job), your husband's family would have asked for less dowry?
- 16- Do you plan to keep working after becoming a mother? Why? Does your husband accept well the fact that you work?
- 17- Is financial independence important for you? Why?
- 18- As a married woman do you feel financial independent? Do you take decisions concerning how the household money is spent?
- 19- What contribute do you think you can give, or you are giving, for your country's development?
- 20- What do you think that are the main gender issues in India? What changes do you remark from the past 20 years to the present?
- 21- Do you feel you have the same rights as men? If not, which rights would you like to have and how do you think you can achieve them?

Primeiro grupo de entrevistadas

	Entrevistada A	Entrevistada B	Entrevistada C	Entrevistada D	Entrevistada E	Entrevistada F	Entrevistada G	Entrevistada H	Entrevistada I	Entrevistada J
Idade	20	18	22	20	25	33	40	35	29	35
Escolaridade	Secundário incompleto	5º ano	Secundário incompleto	7º ano	Analfabeta	10º ano	5º ano	6º ano	10º ano	7º ano
Autonomia na escolha dos estudos	Decisão própria	Decisão própria	----- ⁷³	Decisão parental (casamento)	Trabalhava na agricultura	Decisão parental	Decisão parental	Decisão parental (casamento)	Decisão parental	Decisão parental (casamento)
Profissão	Cabeleireira	Vendedora num mercado	Empregada numa loja de roupa	Empregada doméstica	Porteira	Empregada numa faculdade (college)	Empregada numa faculdade (college)	Empregada numa faculdade (college)	Empregada numa faculdade (college)	Empregada numa faculdade (college)
Estado civil	Solteira	Solteira	Solteira	Casada	Casada	Casada	Casada	Viúva	Casada	Viúva
Idade com que pensa casar	25	24/25	25							
Idade com que casou				13/14	12	19	18	16	20	17
Casamento arranjado ou por opção				Casamento arranjado	Casamento arranjado	Casamento arranjado	Casamento arranjado	Casamento arranjado	Casamento arranjado	Casamento arranjado
Experiência pessoal com o dote	-----	Se for pedido, vai pagar	Sim, vai pagar	Não pagou porque não foi pedido	Pagou, mas não muito	Não pagou porque não pediram	Pagou 10 000 rupias (cerca de 145 euros)	Pagou	Pagou	Não pagou
Prejuízo financeiro para a família devido ao valor do dote	Não sabe	Sim, poderá causar	Já tem problemas financeiros		Não causou prejuízo		Causou alguns problemas	-----	Prejudicou a família	Não causou problemas
Percepção sobre o uso do dote					Dinheiro no banco para o futuro dos filhos		Os sogros gastam-no. Ela não se opõe	Não sabe como o dinheiro foi gasto	Foi gasto: sogros. Não se opôs (costume)	
Percepção sobre o sistema de dote	Devia ser eliminado	Devia ser eliminado	Não é justo e devia ser eliminado	O sistema de dote tem duas facetas: se for dado, prejudica a família da noiva, e se não for dado, o noivo fica socialmente	Só deve pagar o dote quem tiver condições financeiras	Dar o dote é como vender-se ao homem. Mulher: subordinada. As mulheres não deviam permitir que os pais pagassem	Não devia existir e o dinheiro devia ser usado para a segurança das mulheres	Não devia existir	O dote funciona como uma segurança no casamento. Dá prestígio à mulher, e os sogros tomam conta dela, mas não devia ser	Não é bom dar ou receber, mas não deve ser eliminado porque faz parte da tradição cultural

⁷³ O tracejado indica perda de oportunidade de efectuar a pergunta; os espaços em branco significam que não se justificava colocar a questão à entrevistada.

				mal visto		(prejuízo financeiro)			mantido	
Perspectiva em relação ao futuro do dote	Não sabe	Não sabe	O dote pode ser eliminado através da mudança de mentalidades			É preciso consciencializar as pessoas que o pagam e o recebem. Só os ricos o deviam pagar. Não devia ser um requisito para o casamento	Só as autoridades competentes podem fazer alguma coisa	As pessoas têm de lutar para que o sistema seja eliminado	Existem muitos perigos para as mulheres causados pelo dote (<i>dowry deaths</i>). As mulheres têm de se unir e combater o sistema	
Solicitação de mais dote posterior ao casamento					Não		Não	Não	Não	
Percepção sobre o dote no caso das filhas	Não quer pagar	Se o sistema de dote continuar, pensa pagar	Sim, vai pagar	Se tiver uma filha poderá pagar o dote para melhorar a vida dela	Vai pagar o dote se tiver condições financeiras	Não quer pagar o dote. Está a educar as filhas para terem um bom futuro	Vai pagar o dote. Faz parte do costume da família	Encontra-se numa situação de risco por ter enviuvado	Se tiver de pagar o dote, paga	Vai pagar o dote se for pedido
Percepção sobre o dote no caso dos filhos	Não o vai pedir	Não o vai pedir	-----	Não o vai pedir. O que interessa é que a nora seja boa	Vai pedi-lo, se o filho tiver uma boa posição quando crescer	Não o vai pedir	Para casar a filha, vai pedir o dote pelo filho	Ele só tem 12 anos. Vai deixá-lo decidir quando crescer	Se o filho precisar, vai pedi-lo dote	Não o vai pedir
Contexto familiar de origem: tratamento igual ao dos irmãos	Sim	Sim	Sim	Sim	Não tem irmãos	Não. Os homens foram melhor tratados e estudaram mais. (Refere que os irmãos pediram dote)	Não, os pais deram mais importância ao irmão	Sim	Sim	As raparigas foram melhor tratadas
Contexto familiar actual ou futuro: tratamento dos filhos e das filhas	Igual	Igual	Igual	Igual	Igual	Duas filhas e um filho. Mais importância dada às filhas. Filhas: escola privada; filho:	Igual	Igual	Igual	Igual

						escola pública				
Idade com que espera que os/as filhos/as se casem	20, 25	Raparigas: 20-23 Rapazes: 28	25	25	Quando os pais do casal decidirem	Não sabe. Quer dar um bom futuro aos filhos	Depois de terminarem a universidade	Não sabe	Depois de terminarem a universidade	Rapariga: 20 Rapaz: 25
Perspectivas sobre o estudo	Não queria estudar mais	Gostaria de ter estudado mais	Gostaria de ter estudado mais	Quer estudar até ao 10º ano	Agricultura: única opção que tinha	Gostaria de ter estudado mais	Gostaria de ter estudado mais	Agora não tem importância	Não teve outra opção	Não pensa nisso
Impacto do nível de estudos na condição de vida	Teria feito diferença	Quer ter um negócio próprio	Teria feito diferença para um emprego melhor, por exemplo	Não sabe, mas quer estudar porque vê muitas pessoas com estudos	Mesmo que tivesse estudado mais, teria de pagar algum dote	Foi criticada por querer estudar mais	O valor do dote teria sido inferior	Poderia estar numa posição melhor. Relativamente ao dote, não teria feito diferença	Teria feito diferença na vida dela	Como foi privada de várias coisas, está a dar uma educação melhor à filha
Perspectiva sobre o emprego após o casamento (e a maternidade)	Tem de trabalhar	Continua a trabalhar, pelos filhos	Continua a trabalhar, pelos filhos	Continua a trabalhar	Continua a trabalhar	Continua a trabalhar	Continua a trabalhar	Continua a trabalhar	Continua a trabalhar	Continua a trabalhar
Visão do cônjuge sobre o trabalho da entrevistada				Aceita	Trabalham juntos	Aceita	Aceita	Aceitava	Aceita	Só depois do marido morrer é que permitiram que trabalhasse
Importância da independência financeira	Importante	Importante	Importante	Importante. Não quer depender do marido (alcoólico)	-----	Importante	Importante	Importante	Importante	-----
Independência financeira enquanto casada e tomada de decisão no agregado familiar				Ela controla as finanças da família	O marido controla as finanças, mas tomam decisões em conjunto	Marido: despesas educacionais. Ela: outras	Marido: despesas educacionais. Ela: as da casa	Partilhavam as despesas	O marido decide como gastar o dinheiro	O marido tomava as decisões
Percepção acerca do contributo para o desenvolvimento do país	Necessidade de mais educação e de ajuda aos pobres	Quer mais educação para as mulheres e menos desigualdade	Se pudesse, acabaria com a mendicidade	Não sabe e não se preocupa	Diz que as mulheres prescindiram dos direitos para os homens	A educação que está a dar aos filhos (em casa e formal) contribui para o	A educação que está a dar aos filhos (em casa e formal) contribui para o	O país deve encorajar e apoiar os cidadãos. A educação	Ser auto-suficiente e fazer dos filhos auto-suficientes	Refere não ter muitas esperanças para as mulheres, mas queria um

					e quer ser subordinada ao marido	desenvolvimento do país	desenvolvimento do país	primária e a proteção às crianças têm de ser garantidas		melhor tratamento para elas
Percepção sobre as principais dificuldades de género	Não sabe	Problemas de dinheiro, o dote	Raptos e violações	Não está sabe, mas exemplifica com o seu caso: foi forçada a casar-se	Desconhece. Diz estar contente com o marido e a casa	A subordinação das mulheres devido à mentalidade do povo	Problemas no agregado familiar, especialmente com os sogros	O trabalho das mulheres não é suficientemente valorizado pelos empregadores	O dote e o desemprego	Maus tratos, o dote. Devia haver ajuda do governo
Observação de mudanças na condição feminina nos últimos 20 anos		Não vê mudanças	Mudanças na mentalidade das mulheres			A mulher continua sem ter muitas opções para lutar pelos seus direitos	Maior capacidade de opinião e mais possibilidades de trabalhar (apoio dos maridos)	Vê mudanças, mas não especifica	Mais dificuldades financeiras (mulheres)	
Percepção sobre a igualdade de direitos relativamente aos homens	Iguais	As mulheres têm mais restrições. Quer mais educação e mais espaço para as mulheres	Existe desigualdade, mas a situação está a mudar. Quer que as mulheres estudem mais	Iguais	Diz ter coragem suficiente para lutar por ela, mas o marido e os pais apoiam-na, por isso não precisa	Sente-se preparada para lutar pelos seus direitos se alguém a apoiar. Quer mais segurança para as mulheres	Agora: mais direitos. Quer mais proteção e apoio dos maridos. No caso dela acha que, por enquanto, tem apoio	Quer mais respeito por parte dos homens	Quer mais empoderamento para as mulheres nos agregados familiares. Dote: impede o empoderamento	Os homens têm mais direitos. Quer mais segurança para as mulheres. Necessidade de empoderamento

Segundo grupo de entrevistadas

	Entrevistada K	Entrevistada L	Entrevistada M	Entrevistada N	Entrevistada O	Entrevistada P	Entrevistada Q	Entrevistada R	Entrevistada S	Entrevistada T	Entrevistada U
Idade	20	20	22	20	31	18	23	21	23	23	27
Escolaridade	Frequência do 3º ano do ensino superior	Frequência do 3º ano do ensino	Desistiu do ensino superior	Frequência do 3º ano do ensino superior	Ensino secundário	Ensino secundário	Ensino secundário	Frequência do ensino superior	Ensino secundário	Frequência do 2º ano do ensino	Ensino secundário

		superior								superior	
Área de estudos	Engenharia	Engenharia	Comércio	Artes				Comércio		Comércio	
Autonomia na escolha dos estudos	Decisão dos pais. Queria estudar Comunicação de Massas	Decisão própria	Decisão própria (para ajudar a família)	Decisão própria	Decisão própria	-----	Decisão própria (para ajudar a família)	Decisão própria. Quer fazer um MBA a seguir	Decisão própria	Decisão própria	Decisão própria
Profissão	Estudante	Estudante	Empregada numa loja de cosméticos	Empregada numa loja de cosméticos	Empregada na loja Chambor (cosméticos)	Empregada numa loja de cosméticos	Empregada na loja Revlon (cosméticos)	Estudante	Empregada numa loja de lingerie	Empregada numa loja de lingerie	Arquitecta júnior
Estado civil	Casada	Solteira	Solteira	Solteira	Casada	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Casada/ viúva
Idade com que pensa casar		24	25/26	22		Depende dos pais. Ela: 23/24	25	25	24	27	
Idade com que casou	20				17						23
Casamento arranjado ou por opção	Casamento arranjado				Casamento arranjado						-----
Experiência pessoal com o dote	Não pagou (casamento com um primo)	Não quer pagar. Se o noivo pedir, não casa com ele	-----	Não quer pagar, mas se tiver de ser, sim	O marido não quis o dote	Não quer pagar	Não, porque se vai casar com um parente	Paga (obrigatório para os hindus: casamentos arranjados)	Não vai pagar (casamento por amor)	Não vai pagar. Vai alegar problemas financeiros	Não pagou porque o marido não quis
Prejuízo financeiro para a família devido ao valor do dote	Ainda que os pais tivessem de o pagar, não seriam prejudicados		Se tiver de pagar, sim	Sim	Teria comprometido as finanças da família	Sim, causaria	Sim, causaria	Sim, vai ter problemas financeiros		Sim, já tem problemas financeiros	
Percepção sobre o sistema de dote	Injusto, cruel e um fardo para quem o paga. Não vê razões para que o façam	Devia ser erradicado	É como comprar a mulher e devia ser eliminado	É como comprar a mulher	Prejudicial às mulheres e devia ser eliminado	Devia ser erradicado	É um crime e devia ser eliminado	O governo devia tomar medidas para impedir o pagamento do dote	Devia ser eliminado	Devia ser eliminado	Não tem opinião

Perspectiva em relação ao futuro do dote	Se todas as mulheres recusarem pagá-lo, os homens serão forçados a casar-se sem dote	Se a mulher trabalhar, não devia ser dado. Ou devia ser usado pela mulher	Necessidade de consciencialização e de educação	Não sabe	Necessidade de mudança de mentalidades	O governo devia punir as pessoas que o recebem	Não sabe	O governo e os pais podiam ser responsáveis pela sua eliminação	Apresentação de queixas à polícia	Os pais devem ser responsáveis pela eliminação	
Percepção sobre o dote no caso das filhas	Não quer pagar	Não quer pagar	Não quer pagar	Acha que é obrigatório	Não vai pagar o dote. Pretende dar uma boa educação à filha	Não quer pagar	Se pedirem o dote, vai pagar	Sim, vai pagar	Não quer pagar	Não quer pagar	Se tiver de ser, sim
Percepção sobre o dote no caso dos filhos	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	Vai pedir o dote	-----	-----	-----
Contexto familiar de origem: tratamento igual ao dos irmãos	Não tem irmãos	Não tem irmãos	Sim	Não tem irmãos	Não tem irmãos	Sim	Sim	Sim	Não tem irmãos	Irmão: deficiente físico. Ela teve mais oportunidades	Sim
Contexto familiar actual ou futuro: tratamento dos filhos e das filhas	Igual	Igual	Igual	Igual. Quer dar-lhes uma educação melhor do que a dela	Igual	Igual	Igual	Igual	Igual	Igual	Igual
Idade com que espera que os/as filhos/as se casem	Depende deles/as	25	25	25	No mínimo 25	23/24	25/21	25 a 30	23/24	27	-----
Perspectivas sobre o estudo			Gostaria de ter estudado mais		Gostaria de ter estudado mais	Gostaria de ter estudado mais	Quer estudar mais		Gostaria de ter estudado mais		Gostaria de ter estudado mais
Impacto do nível de estudos na condição de vida			Poderia progredir profissionalmente, por ex.		Queria estudar mais	A educação melhora as pessoas e a sociedade	Faria diferença na vida, por exemplo, na produtividade		Faria diferença para o futuro		Ganharia mais
Perspectiva sobre o emprego após o	Talvez não trabalhe	Vai continuar a trabalhar	Depende da situação em	Precisa de trabalhar	Não gosta de trabalhar. Fá-lo	Quer dar um bom futuro	Vai parar de trabalhar depois	Vai continuar a trabalhar	Vai continuar a trabalhar,	Vai continuar a trabalhar	Vai continuar a trabalhar

casamento (e a maternidade)	durante os primeiros anos de maternidade	porque gosta e quer ser independente	que estiver		para dar um bom futuro aos filhos	aos filhos	de se casar	pela segurança financeira da família	para ajudar a família	porque gosta de trabalhar	
Visão do cônjuge sobre o trabalho da entrevistada					Não aceita						Aceitava
Importância da independência financeira	Importante para as poupanças da família	Importante para não depender de ninguém	Importante para ajudar a família e dar uma boa educação aos filhos	Importante para ajudar a família	-----	Importante para não ter restrições financeiras	Importante (eventualmente, poderá depender do marido)	Importante para dar um bom futuro aos filhos	Importante para o futuro	Importante (gosta de si e não quer depender de ninguém)	Importante para o sustento da família
Independência financeira enquanto casada e tomada de decisão no agregado familiar	Não a tem porque ainda é estudante, mas toma decisões acerca das despesas				-----						O marido encarrega-se das finanças, mas ela participa nas decisões
Percepção acerca do contributo para o desenvolvimento do país	Desencorajamento de más práticas, tais como a mendicidade e o dote	Não pensou nisso	Quer ajudar as crianças pobres e educá-las	Pagamento de impostos	É necessário parar o assédio às mulheres. Contributo através da educação que dá às suas crianças	A educação seria um bom contributo	Não tem ideia	Quer acabar com os casamentos infantis	A educação seria um bom contributo	Quer fazer serviço social com idosos	Não sabe
Percepção sobre as principais dificuldades de género	Desigualdade	Corrupção política	Falta de conhecimento, analfabetismo, desigualdade de género, o dote	Falta de liberdade e privacidade	Maridos, o dote, a mentalidade dos homens, a diferenciação entre homens e mulheres	Assédio, falta de dinheiro, o dote, e antigamente o sistema <i>sati</i>	Assédio	Sem um homem, as mulheres têm problemas de segurança	Violações	Falta de segurança, negação do direito ao ensino (pais), abortos de meninas	O dote
Observação de mudanças na condição feminina nos últimos 20	Mais activistas mulheres e maior capacidade de	Maior independência e maior acesso ao	A educação pode ser uma solução	O progresso das mulheres é superior ao dos homens	A insegurança persiste	Maior participação no ensino, no trabalho, no	A separação entre homens e mulheres nos autocarros	-----	-----	Maior acesso ao mercado de trabalho e mais direitos	Vê muitas mudanças, mas não consegue

anos	opinião (sem medo)	mercado de trabalho e ensino				desporto					especificar
Percepção sobre a igualdade de direitos relativamente aos homens	A igualdade existe apenas em teoria	Não completamente. Quer mais igualdade	De certa forma. Os homens têm 100% de direitos e as mulheres 40%. Gostaria de ter direito a continuar a estudar e a trabalhar depois de casada	Gostaria de ter mais liberdade	Os homens são demasiado duros em comparação com as mulheres	De certa forma. Os homens têm mais liberdade. Quer mais segurança para as mulheres	O governo devia providenciar a separação entre homens e mulheres nos autocarros e comboios de viagem	Iguais	Gostaria que todas as mulheres estudassem	Quer mais direitos, mais estudos para as mulheres e que parem com o infanticídio feminino	As pessoas querem que a mulher seja inferior ao homem. Quer mais liberdade para as mulheres. Isto depende da compreensão da sociedade

Terceiro grupo de entrevistadas

	Entrevistada V	Entrevistada W	Entrevistada X	Entrevistada Y	Entrevistada Z	Entrevistada A1	Entrevistada B1	Entrevistada C1	Entrevistada D1	Entrevistada E1	Entrevistada F1
Idade	25	24	20	22	28	25	20	28	22	24	22
Escolaridade	BSc Life Science	BCom	BSc Statistics	Frequência de mestrado	BTech	BCom	BCom	BSc	Ensino superior	Frequência de MBA	Frequência de MBA
Área de estudos	Ciências	Comércio	Estatística	Tecnologia	Tecnologia	Comércio	Comércio	Ciências	Engenharia mecânica	Ciências informáticas	Gestão e administração
Autonomia na escolha dos estudos	Decisão própria	Decisão própria	-----	Decisão própria	Decisão própria	Decisão própria. Quer fazer um MBA	Decisão própria. MBA a seguir	Decisão própria	Decisão própria	Decisão própria	Decisão própria
Profissão	Administrativa num instituto de línguas	Administrativa numa empresa	No sector de tecnologias de informação (a iniciar)	Estudante de mestrado	Engenheira informática	Na área de marketing na loja Elizabeth Arden	Empregada numa loja de roupa	Empregada numa loja de lingerie	Empresa de tecnologias de informação	No sector de cuidados de saúde	No sector de cuidados de saúde
Estado civil	Casada	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Solteira	Casada	Solteira	Solteira	Solteira

Idade com que pensa casar		26	25	Na semana seguinte	Passados três meses	27/28	25		Não sabe	26/27	Não pensa nisso
Idade com que casou	25							15			
Casamento arranjado ou por opção	Casamento arranjado com um parente							Casamento arranjado			
Experiência pessoal com o dote	Não o pagou (casamento com um parente)	-----	Não o vai pagar porque é escolarizada	Não o vai pagar (casamento por amor)	Não o vai pagar (casamento por amor)	Não o quer pagar, mas se os sogros o pedirem, terá de o fazer	Não o quer pagar	Pagou-o	Não o quer pagar	Não acredita no dote. Quer casar-se com alguém que goste dela como pessoa	Não o quer pagar
Prejuízo financeiro para a família devido ao valor do dote		Sim, se pagar	Não vai permitir que os pais paguem			Sim, se pagar		Não causou			
Percepção sobre o uso do dote								É gasto com ela (ouro, por ex.). Concorda			
Percepção sobre o sistema de dote	Devia ser erradicado	Devia ser erradicado	Devia ser erradicado	Não devia existir	Não devia existir	Um dos piores males da sociedade (refere o assédio por mais dote). Devia ser erradicado	É contra o dote	Devia ser erradicado	É totalmente contra. As mulheres conseguem estudar e ser independentes como os homens	Não devia existir. Proibido, mas a prática prevalece devido ao estatuto social	Não devia existir
Perspectiva em relação ao futuro do dote	Se a mulher tiver qualificações académicas e trabalhar não o devia pagar	Não sabe	As raparigas deviam ser como ela	Todas as pessoas deviam parar de o pagar	Toda a gente devia parar de o pagar	Consciencializar as pessoas. Os homens não o deviam pedir e deviam convencer os pais a não o fazerem	Se não for encorajado. As mulheres deviam ser mais corajosas	Podem queixar-se à <i>Mahila Mandal</i> (associação contra o dote)	Combate (através): valores transmitidos pela família. Deve haver mudança de mentalidades	Combate (através): educação formal e de mentalidades. Os jovens devem influenciar os pais	Acha que continuará a existir porque se trata de uma questão de prestígio

Solicitação de mais dote posterior ao casamento								Não			
Percepção sobre o dote no caso das filhas	Tem de poupar, embora não o queira pagar. Irá pôr as filhas a estudar	Não quer pagar. Quer que as filhas estudem	Não quer pagar	Não quer pagar	Não quer pagar	Não quer pagar, mas se os sogros das filhas pedirem, paga	Não quer pagar	Não quer pagar	Não quer pagar	Não quer pagar	Não quer pagar
Percepção sobre o dote no caso dos filhos	Não vai pedir	-----	-----	-----	-----	-----	Não vai pedir	Tem duas filhas e não vai ter mais	Não vai pedir	Não vai pedir	Não vai pedir
Contexto familiar de origem: tratamento igual ao dos irmãos	Sim	Não tem irmãos	Sim	Sim	Não tem irmãos	Sim	Não tem irmãos	-----	Sim	Não tem irmãos	Não tem irmãos
Contexto familiar actual ou futuro: tratamento dos filhos e das filhas	Igual	Igual	Igual	Igual	Igual	-----	Igual	Igual	Igual	Igual	Igual
Idade com que espera que os/as filhos/as se casem	25	25/26	25	24	25	-----	Talvez com 30	25/26	Depende deles/as	Não antes dos 21	Depois dos 22/23
Perspectiva sobre o emprego após o casamento (e a maternidade)	Pensa continuar a trabalhar	-----	Vai continuar a trabalhar para ser independente	Vai continuar a trabalhar porque gosta	Considerando os estudos superiores, vai continuar a trabalhar	Depois de ser mãe quer tomar conta da família	Vai continuar a trabalhar para ser independente	É mãe de duas filhas e trabalha	Defende a partilha de responsabilidades entre o pai e mãe	Quer ser um exemplo de igualdade para as crianças	Não quer ser dependente
Visão do cônjuge sobre o trabalho da entrevistada	Aceita							Aceita			
Importância da independência financeira	Importante	Importante para cuidar da família	Não quer depender do marido	Sim	Estabilidade para estar apta a lutar contra qualquer problema	Poderá trabalhar a partir de casa depois de casar e ser mãe	Importante (e o respeito por si também o é)	Trabalha para sustentar a família	Não se deve depender de ninguém	Acredita na independência para a igualdade	Importante para assegurar as necessidades básicas
Independência financeira enquanto casada e tomada de decisão no agregado familiar	Sim							-----			

Percepção acerca do contributo para o desenvolvimento do país	Contributo no passado enquanto professora e consultora	Resposta não clara no gravador	Trabalho e mentalidade aberta	Pagamento de impostos	Seguimento das normas do governo (ex.: reciclar)	Mudança de mentalidade sobre as diferenças religiosas	Educação. Ex.: criar postos de trabalho na sequência do MBA	Educação e igualdade	Preocupação com o ambiente e igualdade de género	Seguimento das normas; não pagamento do dote	Protecção do ambiente
Percepção sobre as principais dificuldades de género	População (nº), desemprego, demasiados filhos (e não os pôr na escola)	O dote	Não sabe	O trabalho infantil	Falta de segurança	Assédio, dote, e domínio por parte dos homens	Assédio sexual	Violações	Educação parental errada: rapazes (superiores); raparigas (inferiores). Causa desigualdade de género	O baixo estatuto e falta de independência	Falta de segurança, discriminação no trabalho
Observação de mudanças na condição feminina nos últimos 20 anos	Maior acesso ao ensino	Não vê mudanças		Espera que o trabalho infantil seja erradicado	Maior independência	Maior acesso ao mercado de trabalho e ensino	Não vê mudanças	Maior acesso ao mercado de trabalho	Maior consciência da sociedade para a igualdade de género e maior abertura de mentalidades	Maior participação das mulheres na esfera pública	Maior acesso ao mercado de trabalho e ensino
Percepção sobre a igualdade de direitos relativamente aos homens	Os homens deveriam ajudar mais nas tarefas domésticas	Iguais	Iguais	Iguais	Necessidade de mudança de mentalidades	Domínio exercido pelos homens	Necessidade das mulheres aprenderem técnicas de auto-defesa	Necessidade de mais igualdade	Na teoria (e no seu caso familiar) são iguais, mas na prática não	Sentimento de igualdade, mas necessidade de consciencializar as pessoas para a igualdade de género, sobretudo nas áreas rurais	Parcialmente. Demasiadas restrições impostas às mulheres pela sociedade. Necessidade de mais educação para as mulheres